

1º ETAPA

ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
PAEDS- PVH 2030-2050





**Agência de  
Desenvolvimento**  
de Porto Velho

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, NO HORIZONTE DE 2030 A 2050.

Contrato Nº 01/2024-ADPVH

REALIZAÇÃO:



ELABORAÇÃO:



## APRESENTAÇÃO

Este documento denominado Plano de Trabalho constitui a 1ª entrega (E1) referente ao contrato de prestação de serviços N°01/2024-ADPVH, tal como prevista no cronograma de entregas firmado entre a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR).

Este Plano de Trabalho apresenta informações sobre a organização, administração, diretrizes e metodologia para elaboração do *Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - PAEDS 2030-2050* (PAEDS-PVH).

Além disto, o plano de trabalho prevê a participação de atores estratégicos compostos por representantes da sociedade civil, servidores públicos, formuladores de políticas públicas e poder legislativo municipal e apresenta uma relação de eventos, workshops, audiências públicas, reuniões técnicas e atividades necessárias para execução de diagnóstico e construção das visões de futuro e fundamentos para elaboração de planos de investimentos.

A estrutura do plano segue as determinações gerais previstas no edital de Concorrência nº 001/2023/SML/PVH da Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho-RO (ADPVH).

O objetivo deste documento é formalizar e aprovar as atividades a serem executadas e as diretrizes e metodologias para realização das diversas etapas que conduzem a elaboração do *Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - PAEDS 2030-2050* (PAEDS-PVH), até sua última etapa, que é a entrega 13ª – Relatório Final Consolidado.

Adicionalmente, apresenta-se também o referencial teórico para as atividades que fundamentam as análises do PAEDS-PVH.

## SUMÁRIO

<b>1. ESCOPO E DIRETRIZES DO PAEDS-PVH</b>	<b>7</b>
1.1. Escopo	7
1.2. Planos e documentos relevantes	10
<b>2. ROTEIRO ANALÍTICO / METODOLOGIA</b>	<b>11</b>
2.1. Eixos Transversais de Planejamento	14
2.2. Dimensões e Planejamento	14
2.2.1. Infraestrutura de Mercado	14
2.2.2. Diversificação, adensamento e dinamismo da atividade econômica	15
2.2.3. Ambiente Promotor da Inovação	15
2.2.4. Qualidade e Força Gerativa da Cidade e do Urbano	16
2.2.5. Bem-Estar Social e Qualidade de Vida	17
2.2.6. Governança e Gestão	18
2.3. Escala Territorial	18
2.3.1. Municipal e Metropolitana	19
2.3.2. Regiões Rurais (IBGE, 2015)	21
2.3.3. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (IBGE, 2016)	23
2.3.4. Divisões Regionais do Brasil (IBGE, 2017)	26
2.3.5. Região de Influência das Cidades (Regic, 2018)	28
2.3.6. Divisão Urbano-Regional (2021)	31
2.3.7. Território Amazônico (PRDA 2024-2027)	34
2.3.8. Concepção metodológica dos processos participativos	35
<b>3. E3 - DIAGNÓSTICO</b>	<b>36</b>
3.1. Metodologia	36
3.2. Eventos	38
3.3. Produtos	39
<b>4. E4 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO – VISÃO DE FUTURO</b>	<b>39</b>
4.1. Metodologia	40
4.1.1. Atores Sociais Relevantes e Envolvidos	40
4.1.2. Identificação dos Condicionantes do Futuro	41
4.2. Eventos	42
4.3. Produtos	42
<b>5. E5 - POLÍTICA, LEI E FUNDO DA INOVAÇÃO</b>	<b>42</b>
5.1. Metodologia	43
5.2. Eventos	43
5.3. Produtos	43
<b>6. E6 - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO, INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>44</b>
6.1. Metodologia	44
6.2. Eventos	44
6.3. Produtos	44
<b>7. E7 – CARTEIRA PROJETOS ESTRATÉGICOS DETALHADOS</b>	<b>45</b>

<b>7.1. Metodologia</b>	<b>45</b>
<b>7.2. Eventos</b>	<b>45</b>
<b>7.3. Produtos</b>	<b>45</b>
<b>8. E8 - MANUAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS E CAPACITAÇÃO</b>	<b>46</b>
<b>8.1. Metodologia</b>	<b>46</b>
<b>8.2. Eventos</b>	<b>46</b>
<b>8.3. Produtos</b>	<b>46</b>
<b>9. E9 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO 2030 – 2050 (A DEFINIR)</b>	<b>46</b>
<b>9.1. Metodologia</b>	<b>46</b>
<b>9.2. Produtos</b>	<b>46</b>
<b>10. E10 - MODELO DE GOVERNANÇA DO PAEDS-PVH</b>	<b>47</b>
<b>10.1. Metodologia</b>	<b>47</b>
<b>10.2. Produtos</b>	<b>47</b>
<b>11. E12 PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>47</b>
<b>11.1. Produtos</b>	<b>47</b>
<b>12. ETAPAS E ATIVIDADES GERAIS – VISÃO GERAL DO PLANO</b>	<b>47</b>
<b>12.1. Produtos e Serviços a serem entregues</b>	<b>48</b>
<b>12.2. Fluxograma Geral</b>	<b>48</b>
<b>12.3. Cronograma Geral</b>	<b>50</b>
<b>12.4. Organograma Geral</b>	<b>52</b>
<b>12.5. Equipe De Trabalho E Organograma Temático</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO I</b>	<b>56</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - PAEDS - Eixos Transversais e ODS Agenda 2030	8
Figura 2 - Abordagem territorial das políticas de desenvolvimento local ou regional: dimensões ou escalas de planejamento.	13
Figura 3 - Mapa da Área Urbana de Porto Velho.	20
Figura 4 - Região Rural da Capital Regional de Porto Velho	23
Figura 5 – Mapa do Arranjo Populacional, Região Metropolitana e Distritos	25
Figura 6 - Mapa Região Imediatas e Intermediárias	27
Figura 7 - Arranjo Populacional, Região Metropolitana e Distritos	30
Figura 8 - Região de Influência do Arranjo Populacional de Porto Velho (RO) - Capital Regional 2B	31
Figura 9 - Região de Influência do Arranjo Populacional de Brasília/DF - MetrÓpole Nacional (1B)	31
Figura 10 - Hierarquia Urbana	32
Figura 11 - Análise SWOT	38
Figura 12 – Conjunto de Cenários.	40
Figura 13 – Atores Sociais Envolvidos na Elaboração da Visão de Futuro	41
Figura 14 – Fluxograma de Atividades, Produtos e Eventos	49
Figura 12 – Cronograma.	51
Figura 15 – Organograma Gerencial	52
Figura 16 – Organograma Temático	53

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Característica do Arranjo Populacional de Porto Velho (IBGE, 2016)	24
Tabela 2 – População do municípios da Região Geográfica Imediata de Porto Velho – 2022	28
Tabela 3 - REGIC (2018): Hierarquia Dos Centros Urbanos	33
Tabela 4 – Detalhamento das Dimensões de Planejamento	36
Tabela 5 – Produtos e Serviços a serem entregues	48
Tabela 6 - Equipe de Trabalho FUNPAR	53

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios da Região Rural da Capital Regional de Porto Velho (MS)	22
---	----

## 1. ESCOPO E DIRETRIZES DO PAEDS-PVH

Este capítulo apresenta os principais objetivos e diretrizes do PAEDS-PVH, os quais serão detalhados ao longo deste plano de trabalho, nos próximos capítulos.

### 1.1. Escopo

Este capítulo O *Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - PAEDS 2030-2050* (PAEDS-PVH) é uma iniciativa de política pública destinada a orientar o processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental de Porto Velho, preparando o município para desafios a serem enfrentados no decorrer do século XXI, melhorando o bem-estar de sua população, preservando seu meio ambiente e impulsionando sua economia.

Porto Velho e região metropolitana, com uma população estimada de 577.000 habitantes (IBGE,2021), estão localizados em uma área estratégica na região Amazônica e articulação com a região Centro Oeste e como tal, *o futuro regional está associado ao futuro local*.

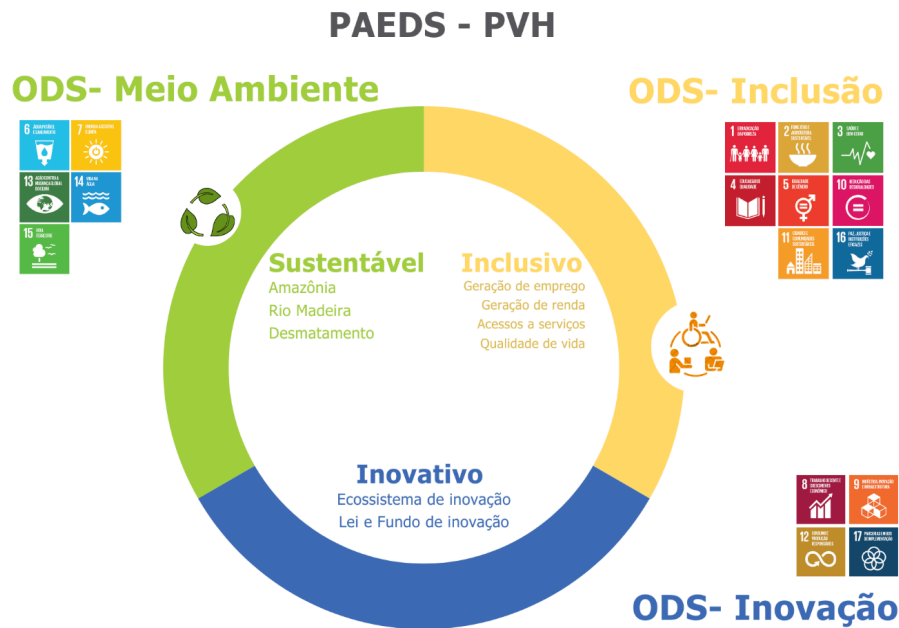
O escopo fundamental e transversal para o Plano de Ação é a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico *inclusivo, sustentável* e apoiado em *inovação*. Este trinômio são as diretrizes globais do Plano de Ação Estratégico as quais devem direcionar todas as etapas previstas para a elaboração do Plano, em seus diversos detalhes.

O PAEDS-PVH será concebido também para atender os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, das Nações Unidas. Lançada em 2015 pelas Nações Unidas, e ratificada por 193 países, entre os quais o Brasil, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (United Nation, 2015) se tornou um conceito e uma orientação vital que tem influenciado as políticas públicas no mundo inteiro.

Aqui neste PAEDS-PVH, estão agrupados e integrados os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável às três grandes diretrizes de desenvolvimento que estamos chamando de inclusivo, ambientalmente sustentável e baseado em inovação. O termo de referência do Edital nº 001/2023/SML/PVH da ADPVH do PAEDS-PVH prevê que *“a visão deve ser desdobrada em diferentes eixos de forma que contemple as premissas dos demais documentos de planejamento municipal tendo a **inovação** e a **sustentabilidade** por eixos transversais”* (grifo adicionado).

Em função de conversas iniciais de alinhamento com a ADPVH, ficou entendido que o conjunto de eixos transversais do PAEDS-PVH, para ser completo e alinhado à Agenda 2030 das Nações Unidas, seja estendido e seja incluído um terceiro elemento de ***inclusão*** social. A relação entre os três eixos transversais e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos pela Agenda 2030 pode ser visualizada na figura 1.

Figura 1 - PAEDS - Eixos Transversais e ODS Agenda 2030



Fonte: FUNPAR, 2024.

O primeiro eixo transversal diz respeito ao processo de desenvolvimento sustentável o qual condiciona o crescimento econômico ao equilíbrio ambiental e energético através do uso racional de recursos naturais renováveis e não renováveis na região, especialmente num contexto de aquecimento global e impacto de outros diversos estressores ambientais sobre todo ecossistema local e da Floresta Amazônica como um todo. Especialmente considerando que o Rio Madeira, com seus 3317km e vazão estimada de 31.200m<sup>3</sup>/s, é uma das principais vias de conexão e também um dos maiores afluentes do Rio Amazonas. O eixo transversal da sustentabilidade PAEDS-PVH está alinhado aos ODS números 6, 7, 13, 14, 15. e as bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia 2030.

O segundo eixo estratégico transversal reconhece a importância no mundo moderno e incorpora no PAEDS-PVH o processo de criação e difusão de inovações como força impulsionadora da competitividade e da atividade econômica, da melhoria e ampliação do mercado de trabalho qualificado e do aumento da renda per capita e melhoria da qualidade dos bens e serviços para o consumo humano. O avanço científico dos últimos anos tem escalado de forma exponencial e tem gerado ondas de inovação que podem mudar o curso de uma região e país de forma disruptiva, com consequências setoriais positivas e negativas dependendo de cada situação.

Estas ondas de inovação impactam países, regiões e cidades tanto pela frequência (crescente) com que chegam e se espalham quanto pela amplitude de sua força, despencando de alturas

com energia avassaladora e causando fissuras profundas na estrutura produtiva e no bem-estar de uma região.

Assim, o Plano de Ação Estratégico deverá prever que Porto Velho se integre à processos de inovação em curso na sociedade e que também possa não apenas absorver e difundir

tecnologias, mas também as produzir localmente pelo fortalecimento e evolução do seu ecossistema local de inovação. Aqui estão reunidos explicitamente os ODS 8, 9, 12, 17.

Por fim o terceiro eixo transversal refere-se ao caráter inclusivo do processo de crescimento econômico que implica que as mudanças estruturais no mercado de trabalho devem abrir oportunidades de emprego para todos e que o processo de geração de aumento da renda per capita, de competitividade e inovações, também seja alcançado com menor desigualdade, tanto de renda, quando de oportunidades diversas e gênero.

O caráter inclusivo do desenvolvimento de Porto Velho, deve garantir acesso a educação, saúde, trabalho, alimentação, serviços públicos em geral. A importância de um processo de desenvolvimento inclusivo reconhece que toda a atividade econômica e política é meios e fora criada pelo homem para a finalidade de seu próprio bem-estar. Isto se traduz em políticas e orientações de desenvolvimento que também impulsionem o mercado de trabalho, gere empregos, melhore a formação de capital humano local e promova o que Amartya Sen (1999) chamou de *capabilities*.

De acordo com Sen (1999), “um país ou região para ser considerada desenvolvida, não basta apenas que possua alta renda per capita, mas principalmente que os cidadãos e habitantes desta região tenham oportunidades de acesso à uma cesta diversificada de bens e serviços que garantam a realização das capacidades e interesses de cada indivíduo”

São essas *capabilities* individuais e coletivas que permitirão, ao fim, medir a qualidade de vida e alcance do processo de desenvolvimento econômico de uma região, pois são elas que vão garantir que os habitantes de Porto Velho possam exercer plenamente suas opções de vida. “As liberdades não são apenas os fins principais do desenvolvimento, mas também seus meios” (Sen 1999). Estes aspectos destacados estão contemplados e reforçam os diversos objetivos da agenda 2030 reunidos nos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 16.

Os eixos transversais que orientam o PAEDS-PVH, serão organizados e detalhados a partir do roteiro analítico elaborado exclusivamente para este projeto, levando em conta as especificidades de Porto Velho.

O roteiro analítico que será detalhado adiante, em linhas gerais prevê a importância do PAEDS-PVH para o município de Porto Velho e interrelação com a região Amazônica e articulação com a região Centro-Oeste, define as escalas de planejamento, os aspectos espaciais e territoriais intraurbano e da região metropolitana, especifica as dimensões de análise (diagnóstico e planejamento) as quais incluem: i) infraestrutura de mercado, ii) diversificação e adensamento da atividade econômica, com utilização de métricas de complexidade econômica no espaço-produto e espaço atividade a nível estadual e municipal; iii) ecossistema de ciência, tecnologia e inovação (SCTI); iv) qualidade e força gerativa das cidades e do urbano; v) bem estar social; vi) governança municipal; vii) sustentabilidade ambiental e viii) redes de cooperação.

Como pode ser observado algumas destas dimensões decorrem explicitamente dos eixos transversais já mencionados, e dão especificidade à outros conteúdos e parte do PAEDS-PVH que são igualmente relevantes e complementares aos eixos, como é o caso definição territorial (i), da organização em rede, a força gerativo do processo urbano (iv), a governança (vi), e a organização em rede (viii).

## 1.2. Planos e documentos relevantes

A elaboração do PAEDS-PVH deverá alinhar-se à outros planos e documentos oficiais relevantes, entre os quais citamos:

- Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027) elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES 2015-2030), elaborado pela SEPOG, Governo do Estado de Rondônia<sup>1</sup>;
- Plano Estratégico do Estado de Rondônia 2024-2027, elaborado pelo Governo do Estado de Rondônia;
- Plano Diretor Participativo de Porto Velho, Lei Complementar nº 838/2021 e produtos relacionados: Produto 3- Diagnóstico Consolidado, Produto 5 – Diretrizes e Propostas Consolidadas, Produto 6 – Plano de Ação e Investimento;
- Diagnóstico Essencial para Aceleração do Território de Porto Velho (Funpar - ADPVH 2017)

O PAEDS-PVH deve estar articulado com estratégias e planos do Governo Federal, à exemplo dos seguintes:

- Novo PAC (2023);<sup>2</sup>
- Nova Indústria Brasil - NIB (2024);<sup>3</sup>
- Plano de Transformação Ecológica (2023);<sup>4</sup>
- Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Decreto nº 11.646/2023);<sup>5</sup>
- Plano Nacional de Mineração 2050 (2022);<sup>6</sup>
- Modelo Destino Turístico Inteligente (2021);<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Os documentos relativos ao Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (2021) encontram-se disponíveis no sítio: <https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/>.

<sup>2</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-plano>.

<sup>3</sup> Informações disponíveis nos sítios: Brasil ganha nova política industrial com metas para o desenvolvimento até 2033. Disponível no sítio: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/brasil-ganha-nova-politica-industrial-com-metas-e-aco-es-para-o-desenvolvimento-ate-2033-1>.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/missoes>; e

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf>.

<sup>4</sup> Disponível nos sítios:

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/aco-es-e-programas/transformacao-ecologica>;

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/aco-es-e-programas/transformacao-ecologica/publicacoes/taxonomia-sustentavel-brasil-eira-21-09-2023.pdf>.

<sup>5</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11646.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11646.htm).

<sup>6</sup> Plano Nacional de Mineração 2050: Sustentabilidade e Competitividade (Versão para Consulta Pública). Disponível no sítio:

[https://antigo.mme.gov.br/documents/404993/3497915/Plano\\_Nacional\\_de\\_Minera\\_o\\_2050.pdf/deaa585a-197a-f5e6-f347-b12d65ea878b?version=1.0](https://antigo.mme.gov.br/documents/404993/3497915/Plano_Nacional_de_Minera_o_2050.pdf/deaa585a-197a-f5e6-f347-b12d65ea878b?version=1.0).

Ver como anda o processo de elaboração desse Plano dada a mudança do Governo Federal em 2023.

<sup>7</sup> Informação disponível no sítio: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/destinos-turisticos-inteligentes-dti>.

- Nova Política de Ordenamento Territorial - PNOT. O Decreto no 11.920/2024 criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração da proposta de uma nova PNOT<sup>8</sup>
- Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA 2020-2023.<sup>9</sup>

Além dessas estratégias e planos, o PAEDS-PVH deve ser referenciado pelas iniciativas do Governo Estadual (Observatório do Desenvolvimento Regional);<sup>10</sup> da Prefeitura Municipal (p. ex., Plano Municipal de Trutirno);<sup>11</sup> do Consórcio Interestadual da Amazonia Legal;<sup>12</sup> da Concertação pela Amazônia;<sup>13</sup> do Sebrae (Inova Amazônia);<sup>14</sup> da SUFRAMA/CAPDA/IDESAM (Programa Prioritário em Bioeconomia);<sup>15</sup> da Fundação Banco do Brasil (apoio a tecnologias sociais);<sup>16</sup> do Instituto Amazônia +21;<sup>17</sup> e a Iniciativa Amazônia+10,<sup>18</sup> dentre outras que venham a ser consideradas como relevantes.

## 2. ROTEIRO ANALÍTICO / METODOLOGIA

O PAEDS-PVH deve se voltar para o desenho de políticas que, convergindo no território, promovam condições adequadas e impactos positivos que possam moldar e a favorecer o dinamismo do município de Porto Velho.

O referencial analítico do PAEDS-PVH tem por base Macedo et al (2017) e Lastres et al (2010, p. 478), onde se afirma a necessidade de ampliar o escopo das políticas de apoio ao desenvolvimento local ou regional de forma a atribuir maior importância ao enfoque ou abordagem territorial e incorporar uma visão transectorial, sistêmica e multidimensional:

*“O retorno da preocupação com o desenvolvimento traz consigo uma nova percepção sobre a importância de abranger e articular escalas, para compatibilizar recortes territoriais, fortalecer as esferas federativas e suas interações e coordenar ações. (...). Nesta perspectiva, os modelos de política do terceiro milênio objetivam acolher e mobilizar diversidades e potencialidades, priorizando oportunidades relacionadas à implementação de estratégias de desenvolvimento trans e multiescalares (...).”*

Nesse contexto e no marco da expressiva desigualdade econômica e social que ainda permeia os municípios e regiões brasileiras, os modelos de política do terceiro milênio devem ir além de seus recortes setoriais tradicionais (agropecuária, indústria e

<sup>8</sup> Disponível no sítio: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11920-14-fevereiro-2024-795315-publicacaooriginal-171046-pe.html>.

<sup>9</sup> informações disponíveis no sítio: <http://prda.sudam.gov.br/>.

<sup>10</sup> Disponível no sítio: <https://observatorio.sepog.ro.gov.br/>.

<sup>11</sup> Disponível no sítio: <https://ad.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2023/01/28221/16748359241642604450plano-municipal-de-porto-velho-outubro-geral.pdf>.

<sup>12</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://consorcioamazonialegal.portal.ap.gov.br/>

<sup>13</sup> Informações disponíveis nos sítios: <https://concertacaoamazonia.com.br/>.

<sup>14</sup> informações disponíveis no sítio: <https://agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/inova-amazonia-modulo-ideacao-seleciona-ideias-de-negocio-relacionado-s-a-bioeconomia-2/#:~:text=Criado%20em%202021%2C%20na%20sua,neq%C3%B3cios%20continuar%C3%A3o%20na%20segunda%20fase.>

<sup>15</sup> Disponível no sítio: <https://idesam.org/projetos/ppbio/>.

<sup>16</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://transforma.fbb.org.br/>

<sup>17</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://institutoamazonia21.org.br/>.

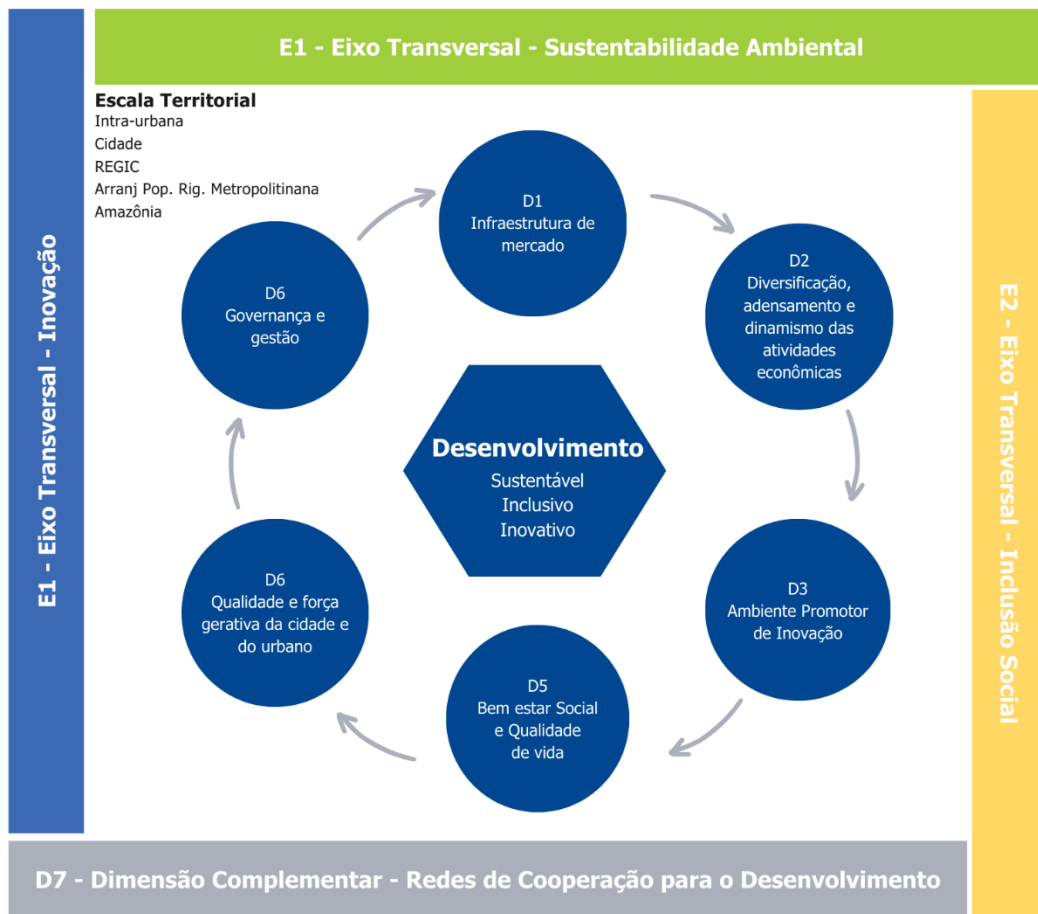
<sup>18</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://www.amazoniamaisdez.org.br/>.

serviços) e enfatizar a noção de território, como algo não natural, físico-geográfico ou imutável, mas como insumo e produto do processo de geração de riquezas ou como um ambiente socialmente construído, em suas diferentes **dimensões de planejamento**, conforme especificadas na figura 2:

- **D1 Infraestruturas de Mercado:** relativo à aspectos logísticos que influenciam as atividades econômicas do município;
- **D2 Diversificação, adensamento e dinamismo das atividades econômicas:** relativa à composição da estrutura produtiva as das atividades econômicas geradoras de emprego e renda;
- **D3 Ambiente Promotor de Inovação:** referente a capacidade de geração, absorção e difusão de inovações e seus efeitos sobre a competitividade da economia local;
- **D4 Força gerativa e à qualidade da cidade e do urbano:** referente à organização urbana e territorial do município de Porto Velho,
- **D5 Bem-estar social e qualidade de vida:** referente à aspectos sociais diversos que geram maior desenvolvimento humano e menor vulnerabilidade social das pessoas;
- **D6 Qualidade das condições de governança e gestão:** referente aspectos institucionais não apenas da prefeitura municipal mas da articulação entre diversas instituições da sociedade civil organizada e sua importância para o desenvolvimento econômico.
- **D7 Redes de cooperação:** referente à uma dimensão socio-organizacional como meio de interação e articulação da Prefeitura com os atores sociais pertinentes aos objetivos e demais dimensões de planejamento. De acordo com Castells (1999), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades. A difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a natureza participativa, a gestão, a operação e os resultados de processos de desenvolvimento local. Além disso e considerando os desafios na escala municipal e regional para o desenvolvimento sustentável do município, é de fundamental a busca pela integração e participação em conselhos e organizações com municípios vizinhos, em particular aqueles que conformam a Região Metropolitana de Porto Velho, no que se refere às funções públicas de interesse comum que lhe sejam pertinentes. O Estatuto da Metrôpole (Lei nº 13.089/2015) definiu como função pública de interesse comum a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes.”

Estas seis dimensões de planejamento são permeadas pelos eixos transversais que orientam em termos gerais e definem o escopo principal do PAEDS-PVH. Além disso, a metodologia de diagnóstico e de elaboração do Plano de Ação Estratégico ainda leva em conta uma última dimensão complementar que deve estar presente em qualquer plano estratégico de longo prazo, que é articulação institucional em redes de cooperação.

Figura 2 - Abordagem territorial das políticas de desenvolvimento local ou regional: dimensões ou escalas de planejamento.



Fonte: Adaptado de AEI Ltda.

As estratégias de desenvolvimento local ou regional devem se voltar para o desenho de políticas nessas diversas dimensões ou escalas de planejamento. É importante destacar que essas diferentes dimensões de planejamento não são estanques ou independentes. Pelo contrário, se interagem e quanto mais articuladas sistemicamente, mais consistente tende a ser a dimensão territorial (place-based dimension) e a eficácia das estratégias de desenvolvimento local ou regional.

O PAEDS-PVH terá por base esse marco analítico, organizado por seis dimensões analíticas, três eixos transversais.

Portanto, essas dimensões devem referenciar a análise das condições e perspectivas de “desenvolvimento econômico da cidade de Porto Velho no horizonte de 2030 a 2050”; as tendências e incertezas do município; o desenho de sua visão de seu futuro; a identificação e priorização dos “setores-chave para o desenvolvimento sustentável do município”<sup>19</sup>; o “Plano de

<sup>19</sup> Aviso de Licitação, p.6.

Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da cidade de Porto Velho;<sup>20</sup> e a “estruturação de um portfólio de projetos essenciais ao desenvolvimento municipal”<sup>21</sup>.

## 2.1. Eixos Transversais de Planejamento

Os eixos transversais constituem os três grandes temas orientadores de todo o trabalho de diagnóstico e formulação de planos de ações nas fases posteriores do projeto. Estes eixos devem permear as diversas dimensões do planejamento e podem afetá-las em diferentes intensidades. Os três eixos transversais, foram explicitados no capítulo 2 e incluem: i) sustentabilidade ambiental, ii) inovação e iii) inclusão social.

## 2.2. Dimensões e Planejamento

A seguir apresenta-se descrição detalhada da relação entre cada eixo transversal, cada uma das seis dimensões de planejamento e, como se articulam na elaboração do diagnóstico e contribuem para a elaboração do PAEDS-PVH nas fases subsequentes.

É importante frisar que essas seis dimensões de planejamento incluem as diversas áreas temáticas de diagnóstico previstas no termo de referência do edital, as quais incluem: “saúde, educação, desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura e saneamento básico, segurança pública, mobilidade, habitação e urbanismo, gestão pública e ambiente regulatório, meio ambiente e sustentabilidade, Inovação e tecnologia, cultura empreendedora, acesso a capital” (item 4.3.1, p. 36).

Neste plano de trabalho, a fim de obter um diagnóstico mais articulado e interpretativo, esses diversos temas estão agrupados nas dimensões de planejamento. Por exemplo, a dimensão de planejamento Bem-Estar e Qualidade de Vida, inclui itens como saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, etc, de tal forma que quando diagnosticamos a situação de Porto Velho em relação ao tema de saúde, também estamos identificando a situação geral, agregada, do município ao problema do Bem-Estar e Qualidade de Vida, o que ajuda a adicionar um significado maior ao assunto específico da saúde. O mesmo se passa em outras dimensões de planejamento e temas específicos.

### 2.2.1. Infraestrutura de Mercado

A dimensão de planejamento relativa às infraestruturas de mercado (perrouxianas) tem por referência a análise dos polos de crescimento realizada por Perroux, em 1955. Segundo Perroux, as condições de inserção regional e as ligações das atividades econômicas “por vias e meios de transporte [...] compõem [...] a infraestrutura de mercado”. Uma adequada infraestrutura de transporte, mobilidade e conectividade favorece a circulação de pessoas, mercadorias e o acesso aos serviços. É importante destacar que a referência a Perroux decorre dessa sua compreensão analítica das “vias e meios de transporte” e não de suas formulações teóricas relativas a polos de crescimento.

### 2.2.2. Diversificação, adensamento e dinamismo da atividade econômica

A dimensão de planejamento relativa à diversificação, adensamento e dinamismo das atividades econômicas tem por referência o conceito de “distritos industriais”, conforme

<sup>20</sup> Aviso de Licitação, p.7.

<sup>21</sup> Aviso de Licitação, p.7.

estabelecido por Marshall (Princípios de Economia, 1890). As características básicas são as seguintes: forte divisão de trabalho; fácil acesso à mão-de-obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; e sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes. Argumenta-se que um adensamento ou aglomeração das atividades produtivas dessa natureza permite às empresas usufruírem de externalidades, via ganhos de escala e aglomeração resultando em redução de custos.

### 2.2.3. Ambiente Promotor da Inovação

A dimensão de planejamento relativa a um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação - SCTI decorrem das contribuições de Schumpeter para a “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (1911). Conforme Possas (1997), Schumpeter relaciona os períodos de prosperidade ao fato de que empresas inovadoras, ao criar novos produtos e modelos de negócios, é imitado por empreendedores não inovadores que investem recursos para produzir e imitar os bens criados pelo empresário inovador. Assim, a criação de um ambiente promotor de inovação<sup>22</sup> constitui uma externalidade relevante para o dinamismo das atividades econômicas.

No que se refere à concepção de ambientes dessa natureza, o Manual de Oslo, na sua nova versão (OECD, 2018) - uma das principais referências mundiais para a análise de sistemas dessa natureza - apresentou uma novidade: os operadores do SCTI vão além das empresas (Business enterprise sector), como tradicionalmente pensamos. Segundo esse Manual, *“innovation occurs in all of the four broad sectors of an economy, as defined by the United Nations’ (UN) System of National Accounts (SNA): Business enterprises (corporate sector), General government [instituições governamentais responsáveis pela elaboração, implementação e inovações em políticas públicas], Households [famílias], and Nonprofit institutions serving households - NPISHs [Organizações sociais sem fins lucrativos]”* (Oslo Manual, 2018, p. 44).

Isso implica que devemos incorporar esses três últimos atores no desenho de SCTI, o que amplia as possibilidades dessa dimensão ou escala de planejamento, com repercussões não somente do ponto de vista econômico, mas também sociais. As inovações no setor governo, nas organizações sem fins lucrativos que prestam serviços às famílias (NPISHs) e nas unidades familiares devem merecer um foco específico, conceitual, analítico e propositivo no âmbito das políticas de CT&I.

No Brasil, várias unidades familiares e indivíduos (households), muitas vezes por conta própria e de maneira informal, vem desenvolvendo um papel relevante no que se refere a iniciativas inovadoras, a exemplo de nichos como startups, empreendimentos de economia solidária e de comunidades ribeirinhas, gastronomia, alimentos e moda (economia criativa). Há indicativos de que essas iniciativas aumentaram recentemente em decorrência da pandemia do Covid.

---

<sup>22</sup> Segundo o Decreto nº 9.283/2018, que regulamentou a Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), ambientes promotores da inovação são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil, e envolvem duas dimensões: a) ecossistemas de inovação - espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos; e b) mecanismos de geração de empreendimentos - mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, que envolvem negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscam a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecem suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos.

Essa novidade do Manual de Oslo (2018) foi uma das referências para a especificação do Ecosistema Municipal de Inovação de Rio Branco Sul.

Nesse contexto, uma outra referência, estabelecida pelo UNESCO, será também relevante. Segundo da UNESCO, *“ciência e a igualdade de direitos entre homens e mulheres são essenciais para o desenvolvimento. (...) A igualdade de direitos entre homens e mulheres deve ser considerada um meio fundamental para promover a excelência científica e tecnológica. Na verdade, o potencial inexplorado de meninas e mulheres brilhantes interessadas em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Science, Technology, Engineering and Mathematics - STEM), mas que optam por não estudar ou seguir carreiras nesses campos devido a vários obstáculos que enfrentam, representa uma oportunidade perdida, tanto para as próprias mulheres como para a sociedade como um todo.”*<sup>23</sup>

#### 2.2.4. Qualidade e Força Gerativa da Cidade e do Urbano

A dimensão ou escala de planejamento referente a qualidade e força gerativa das cidades e do urbano<sup>24</sup> tem por base as análises elaboradas por Jane Jacobs em “The economy of cities” (1969). As externalidades que correspondem a essa dimensão podem ser definidas como vantagens aglomerativas locais externas às empresas, mas derivadas da força gerativa das cidades decorrentes da diversidade econômica e da escala urbana: causalidade urbana, estímulo da aglomeração urbana, “capital espacial” ou synekism (Soja, Posmetropolis, 2000).

Segundo Jacobs (1969) o motor da inovação, diversificação e novas atividades das cidades decorrem das possibilidades abertas pela maior escala do urbano que proporciona mercados e impulsiona desdobramentos na divisão social do trabalho, operando como um processo de realimentação de novos mercados / produção de novos bens e serviços.

A escala e a qualidade do sistema urbano favorecem a inovação. De acordo com Jacobs, cidades diversificadas favorecem o partilhamento e a fertilização cruzada de ideias, facilitando que soluções tecnológicas e inovadoras de um setor sejam aplicadas em outro setor.

Nesse contexto, uma referência é dada pelos princípios estabelecidos no Plano Diretor Municipal de Rio Branco do Sul (PR), 2012 (Art. 5º da Lei nº 987/2012) onde destaca-se<sup>25</sup> :

- A justiça social e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- A gestão democrática, participativa e descentralizada, ou seja, a participação de diversos setores da sociedade civil e do governo, como: técnicos da administração municipal e de órgãos públicos, estaduais e federais, movimentos populares, representantes de associações de bairros e de entidades da sociedade civil, além de empresários de vários setores da produção;

<sup>23</sup> Informação disponível no sítio: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/science-technology-innovation>.

<sup>24</sup> Segundo Santos (2008, p. 66), há dois conceitos que estão sendo confundidos, a cidade e o urbano: “O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto. Não há o que confundir. Por isto, na realidade, há histórias do urbano e das cidades. Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que se realizam nas cidades - do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação – e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade.” Com uma perspectiva semelhante, Lefebvre (1999) também diferencia os conceitos de cidade e de urbano. A cidade é definida como a base material, a forma concreta revelada pelo processo histórico de divisão socioespacial. O urbano, o abstrato, é definido como a dinâmica relativa ao tecido social e às atividades que se realizam nas cidades. Segundo Araújo (2012, p. 134), para Lefebvre o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma”, enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” ou “a projeção da sociedade sobre um local”

<sup>25</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://riobrancodosul.atende.net/cidadao/pagina/relatorios>.

- O direito universal à cidade, compreendendo a terra urbana, a moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura e ao lazer;
- A preservação e recuperação do ambiente natural e construído;
- O enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;
- O fortalecimento da regulação pública e o controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade, tendo em vista a vulnerabilidade ambiental;
- A integração horizontal entre os órgãos da Prefeitura, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, consubstanciadas em suas políticas, programas e projetos; e
- A integração das diretrizes deste Plano Diretor com o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana.

#### 2.2.5. Bem-Estar Social e Qualidade de Vida

A dimensão ou escala de planejamento relativa ao bem-estar social, cujas referências são o Report Social Insurance and Allied Services (Beveridge Report, 1942) e os estudos realizados por Amartya, dizem respeito a quesitos relativos ao Estado de Bem Estar Social (equidade social, equidade de gênero, inclusão social, políticas sociais, direito à cidade, etc), pressupondo que altas condições de desenvolvimento humano e situação de baixa vulnerabilidade social podem favorecer ou criar externalidades positivas.

A referência ao Beveridge Report (1941) decorre da sua importância para o delineamento do “welfare state” após a II Guerra Mundial. Segundo Queiroz et al (2020), Amartya Sen - prêmio Nobel de Economia (1998), considerado um dos “pais do Índice de Desenvolvimento Humano IDH”, defende a concepção de que o desenvolvimento de uma sociedade efetiva-se em razão de bem-estar social e não simplesmente de crescimento econômico. Considera “que fatores sociais, como capacidade de consumo da população, educação e saúde, são importantes na quantificação do Desenvolvimento Humano. Sen defende que o Estado deve combater as desigualdades sociais, prestando serviços que possibilitem a construção de uma sociedade mais digna, com enfoque na educação, saúde e proteção das minorias.”

#### 2.2.6. Governança e Gestão

A dimensão ou escala de planejamento referente às condições de governança e gestão<sup>26</sup> se relacionam com o papel que as instituições apresentam na dinâmica econômica, em particular o “governo”. Segundo Richard Nelson, cuja uma das referências é o artigo What makes an Economic Productive and Progressive? What A the Needed Institutions? (2006), as instituições devem ser entendidas de forma ampla, ou seja, mais na forma como as coisas são feitas do que com as regras que regem ou as estruturas que condicionam o comportamento. Dependendo de “como as coisas são feitas”, podem ser criadas externalidades positivas ou negativas, favorecendo ou não a “produtividade e o progresso econômico”.

<sup>26</sup> Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), “enquanto a governança é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas, a gestão é a função responsável por planejar a forma mais adequada e de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos.” Informação disponível no sítio: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/>.

## 2.3. Escala Territorial

A metodologia de diagnóstico e formulação do PAEDS-PVH vai além dos aspectos setoriais agrupados nas seis dimensões de análise e planejamento e reconhece que todas as atividades humanas, sociais e econômicas se organizam e acontecem espacialmente, a criam uma noção de espaço que ultrapassa o espaço físico geográfico. Existe uma relação íntima e importante entre o espaço físico tal como desenhado pela natureza (por exemplo, o Rio Madeira e sua influência na organização do espaço urbano) e o espaço territorial criado pelo homem em sociedade, sobre o espaço físico.

Assim, além dos aspectos físicos geográficos a metodologia de análise e planejamento a ser adotada no PAEDS-PVH inclui as escalas territoriais nas quais se manifestam e acontecem as atividades sociais, econômicas e políticas capturadas pelas seis dimensões de análise e planejamento. Neste aspecto, a metodologia do PAEDS-PVH reconhece a importância do território (Souza, 2005) e aplica alguns conceitos sobre território de Milton Santos (2008), segundo o qual território se refere a “uma configuração territorial definida historicamente, área/peça do espaço (..) e conjunto de lugares com uma constituição material. (...) o território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social.”<sup>27</sup>

As escalas territoriais a serem abordadas no PAEDS-PVH incluem:

- Municipal, IntraUrbano, Urbano e Rural
- Metropolitano
- Regional Estadual e Regional Macrorregional

Referências:

- Regiões Rurais (IBGE, 2015)
- Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (IBGE, 2016)
- Divisões Regionais do Brasil (IBGE, 2017): Imediata, Intermediária, ampliada
- Região de Influência das Cidades (Regic, 2018) – Porto Velho e Candeias do Jamari
- Divisão Urbano-Regional (2021)
- Território Amazônico (PRDA 2024-2027)

A seguir, descrevemos sucintamente a abrangência territorial.

### 2.3.1. Municipal e Metropolitana

Inclui as áreas urbanas e rurais do município e da região metropolitana em conformidade com o Plano Diretor. Do ponto de vista do PAEDS-PVH a análise da escala urbana inclui aglomeração urbana formada pela sede de Porto Velho e de Candeias do Jaguari, bem como, os aspectos intraurbanos relativos a qualidade de vida e bem estar, aglomeração de

<sup>27</sup> Conforme Saquet al. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008, p. 24-42. Disponível no sítio:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>.

infraestrutura econômica, ativos tecnológicos e de inovação. A análise da escala rural neste território inclui os ativos ambientais e o agronegócio.

Estas análises serão realizadas tendo por referência os estudos e projetos descritos a seguir.

Figura 3 - Mapa da Área Urbana de Porto Velho.



PAEDS 2030-2050 DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

2024

Fonte: Funpar, 2024.

### 2.3.2. Regiões Rurais (IBGE, 2015)

Segundo o IBGE, as regiões rurais “têm por objetivo elaborar a divisão regional do Brasil a partir da dinâmica geográfica traçada pela produção agroindustrial no território nacional.”<sup>28</sup> Assumiu o desafio “de ultrapassar as definições substantivas do rural, passíveis de serem expressas em um único critério ou dimensão, para outras onde sejam possível vislumbrar o conteúdo relacional entre o rural e o urbano com as dinâmicas territoriais que as envolvem”<sup>29</sup>.

O Projeto parte do princípio de que “uma das dimensões mais caras da informação geográfica contemporânea se refere aos fluxos de comando e controle dos centros urbanos sobre o território (...). No contexto da globalização, quando novas tecnologias permitem a comunicação instantânea entre grande parte das cidades e entre elas e o espaço rural, é importante para a definição das Regiões Rurais brasileiras conhecer a geografia das inúmeras redes forjadas através das articulações entre empresas, estejam elas localizadas no campo e/ou nas cidades.” Considera que a “estratégia das grandes empresas agroindustriais para garantir ou ampliar sua participação nos mercados nacional e mundial ocorre através do processo simultâneo de centralização de capital e de expansão/diversificação de suas plantas e produtos, o que pressupõe, portanto, uma forte estratégia espacial a ela associada seja no campo ou na cidade. (...) Na visão territorial contemporânea, as cidades, de diferentes tamanhos e funções, se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto entre o campo e a cidade, como entre as cidades, exprimindo e, ao mesmo tempo, influenciando as formas pretéritas e atuais de apropriação e uso do território, aí incluídos os diversos usos ligados às atividades agroindustriais.”<sup>30</sup>

Neste contexto, a regionalização do espaço rural proposta pelo Projeto está lastreada em conceitos como os de território-rede e território-zona ou contíguo, superando, entre outros, a dicotomia cidade-campo. Segundo o IBGE, o território-rede é constituído por “redes múltiplas que compõem os diversos segmentos e interesses da agropecuária brasileira, alocados em seu território, seja no campo e/ou nas cidades, onde se superpõem e se emaranham, contrastando com os padrões espaciais pautados na contiguidade que caracteriza o ‘território de zonas’.”<sup>31</sup>

As Regiões Rurais brasileiras foram “designadas por uma ou mais cidades que articulam essas regiões. Essas cidades foram classificadas segundo sua importância na rede urbana brasileira, o que permite uma leitura conjugada das Regiões Rurais aos centros urbanos de importância local, regional e nacional”.<sup>32</sup>

Nesse contexto, o IBGE definiu a Região Rural da Capital Regional de Porto Velho - 1101 (Quadro 1 e Mapa 2).

- As Regiões Rurais vizinhas são as seguintes:
- Região Rural do Centro Sub-regional de Cruzeiro do Sul (1202);
- Região Rural dos Centros de Zona de Eirunepé e Lábrea (1303);
- Região Rural do Centro Sub-regional de Barra do Garças (5105); e
- Região Rural da Capital Regional de Dourados (5104).

<sup>28</sup> IBGE (2015, p. 5).

<sup>29</sup> IBGE (2015, p. 6).

<sup>30</sup> IBGE (2015, p. 6-7).

<sup>31</sup> IBGE (2015, p. 7).

<sup>32</sup> Informação disponível no sítio:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15422-ibge-define-104-regioes-rurais-no-brasil>.

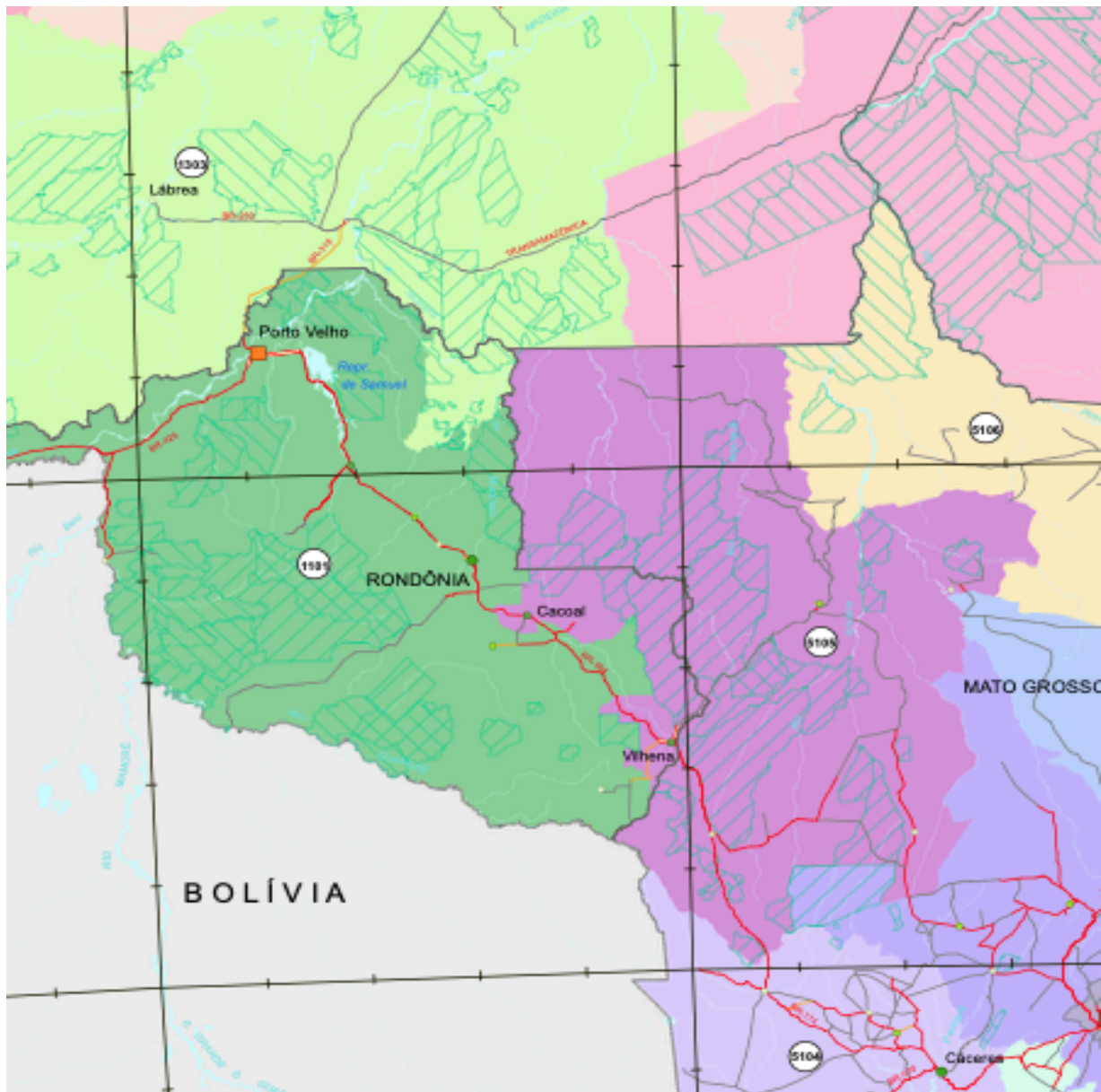
### Quadro 1 - Municípios da Região Rural da Capital Regional de Porto Velho (MS)

Ouro Preto do Oeste	Cujubim
Pimenta Bueno	Governador Jorge Teixeira
Porto Velho	Itapuã do Oeste
Presidente Médici	Ministro Andreazza
Rio Crespo	Mirante da Serra
Rolim de Moura	Monte Negro
Santa Luzia D'Oeste	Nova União
São Miguel do Guaporé	Parecis
Nova Mamoré	Pimenteiras do Oeste
Alvorada D'Oeste	Primavera de Rondônia
Alto Alegre dos Parecis	São Felipe D'Oeste
Alto Paraíso	São Francisco do Guaporé
Buritis	Seringueiras
Novo Horizonte do Oeste	Teixeirópolis
Cacaulândia	Theobroma
Campo Novo de Rondônia	Urupá
Candeias do Jamari	Vale do Anari
Castanheiras	Vale do Paraíso
Chupinguaia	

Fonte: Regiões Rurais (IBGE, 2015).

Obs.: Entender melhor o que leva esses municípios a se conformar como uma Região Rural.

Figura 4 - Região Rural da Capital Regional de Porto Velho



Fonte: Regiões Rurais (IBGE,2015). Disponível em

[https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/divisao\\_regional/regioes\\_rurais/mapas/regioes\\_rurais\\_2015\\_20150618.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/regioes_rurais/mapas/regioes_rurais_2015_20150618.pdf).

### 2.3.3. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (IBGE, 2016)

O IBGE analisa os movimentos pendulares no estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” (2016)<sup>33</sup>.

Segundo o IBGE, um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou

33

Disponível no sítio: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html>.

estudo ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. Esses arranjos “apresentam alto grau de integração entre os municípios componentes, em particular com o núcleo, (...) podendo ter manchas de urbanização que resultam da expansão de uma ou mais cidades, formando conurbações com formas variadas”<sup>34</sup>.

O IBGE, além de delimitar os arranjos populacionais no Brasil, apresenta, para cada município desses arranjos as seguintes informações: pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo; Índice de Integração do município com o arranjo; e a existência ou não de mancha urbanizada contígua.

O Índice de Integração é uma medida da intensidade relativa dos movimentos para trabalho ou estudo. É determinado pelo “Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B” somado ao “Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A”, dividido pelo “Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam”.

Além desse índice, o IBGE (2016, p. 24) apresenta três outros conceitos: a) “Via, que Indica o município que faz parte de um arranjo, porém seu relacionamento não se dá direto com o município-núcleo, mas com um dos municípios do entorno”; e b) Nível, conceito que “possui relação com o conceito de via, porém, enquanto o campo Via registra o nome do município pelo qual se chega ao arranjo, o campo Nível registra a posição do município com o arranjo. Sendo assim, nível 1 significa que o município está ligado diretamente ao arranjo; nível 2, que o município está ligado ao arranjo via um município de nível 1”.

Nesse contexto, os municípios que participam do Arranjo Populacional de Porto Velho são os seguintes: Candeias do Jamari e Porto Velho.

**Tabela 1 – Característica do Arranjo Populacional de Porto Velho (IBGE, 2016)**

Municípios	População 2010	Núcleo do Arranjo	Pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo (2010)	Índice de integração do município com o arranjo	Mancha Urbanizada Contígua	Município desmembrado de outro do arranjo, após 1988	Níve l	Vi a
Candeias do Jamari	103.204	Não	3.402	0,25	Não	Sim	1	-
Porto Velho	119.123	Sim	3.402	0,01	Não	Não	1	-

Fonte: IBGE (2016) com base nas informações do Censo Demográfico de 2010.

Nesse Arranjo, o número de pessoas de Candeias de Jamari que trabalham e estudam<sup>35</sup> no município de Porto Velho é relativamente elevado. O Índice de Integração do município é de 0,25. Os municípios de Candeias de Jamari e Porto Velho não apresentam mancha urbanizada contígua.

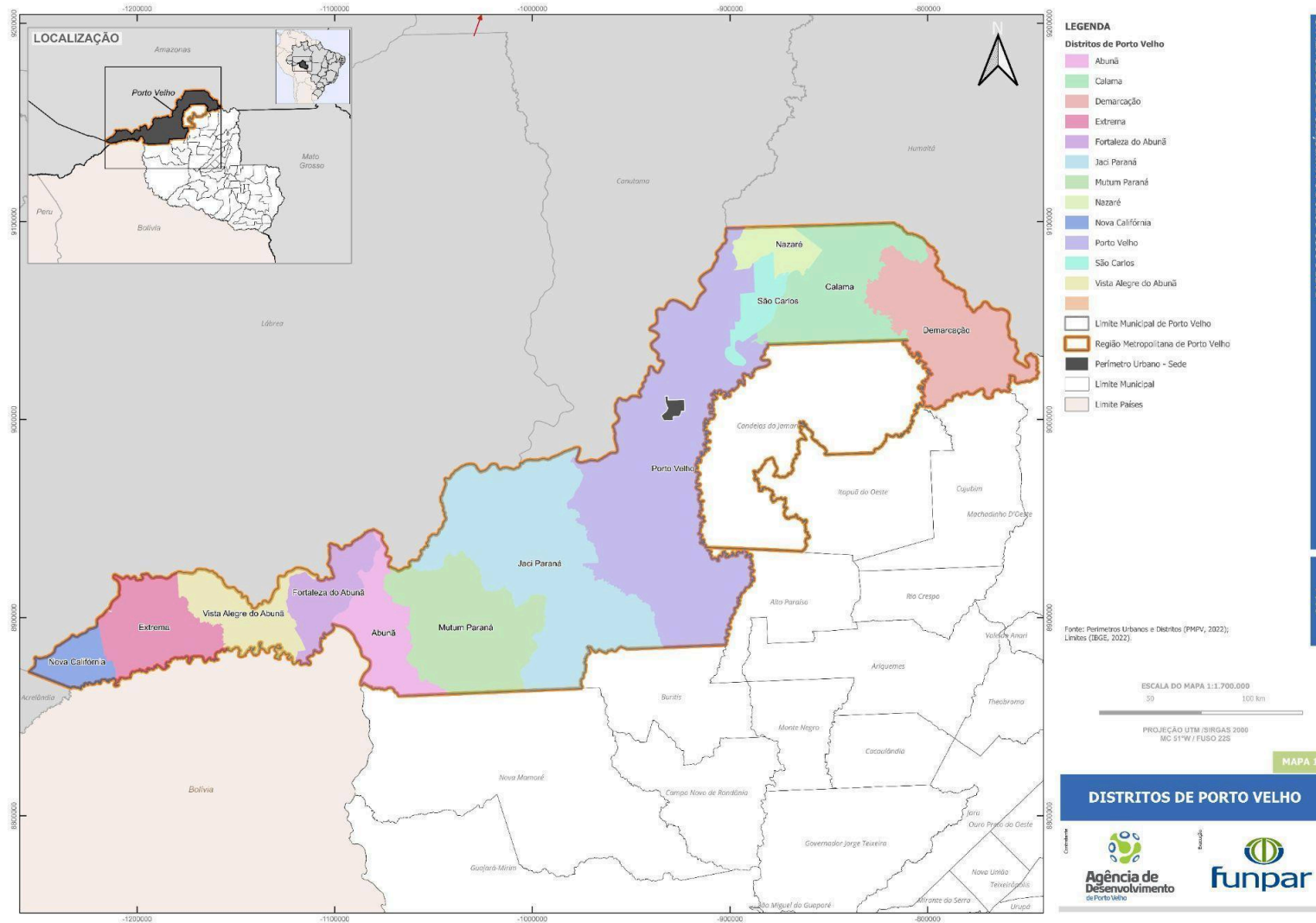
Como os dados desse estudo (IBGE, 2016) são baseados no Censo Demográfico de 2010 e ainda não foram divulgadas informações sobre movimentos pendulares na região de Porto Velho segundo o Censo de 2022, é possível levantar a hipótese de que, desde 2010, esses movimentos tenham aumentado,

<sup>34</sup> Conforme: Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro, IBGE, 2016, p. 22 e 35. Disponível no sítio: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/divisao\\_regional/arranjos\\_populacionais/arranjos\\_populacionais.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/arranjos_populacionais/arranjos_populacionais.pdf).

<sup>35</sup> O IBGE (2016) não apresenta, de forma separada, os movimentos para trabalho e estudo. No entanto, pela dimensão que apresentam, a maioria desses fluxos deve se referir à pessoas que trabalham em outros municípios.

No caso de Porto Velho, a definição vigente de Região Metropolitana é a mesma dos Arranjos Populacionais, contendo apenas os dois municípios Porto Velho e Candeias do Jamari.

**Figura 5 – Mapa do Arranjo Populacional, Região Metropolitana e Distritos**



Fonte: Funpar, 2024.

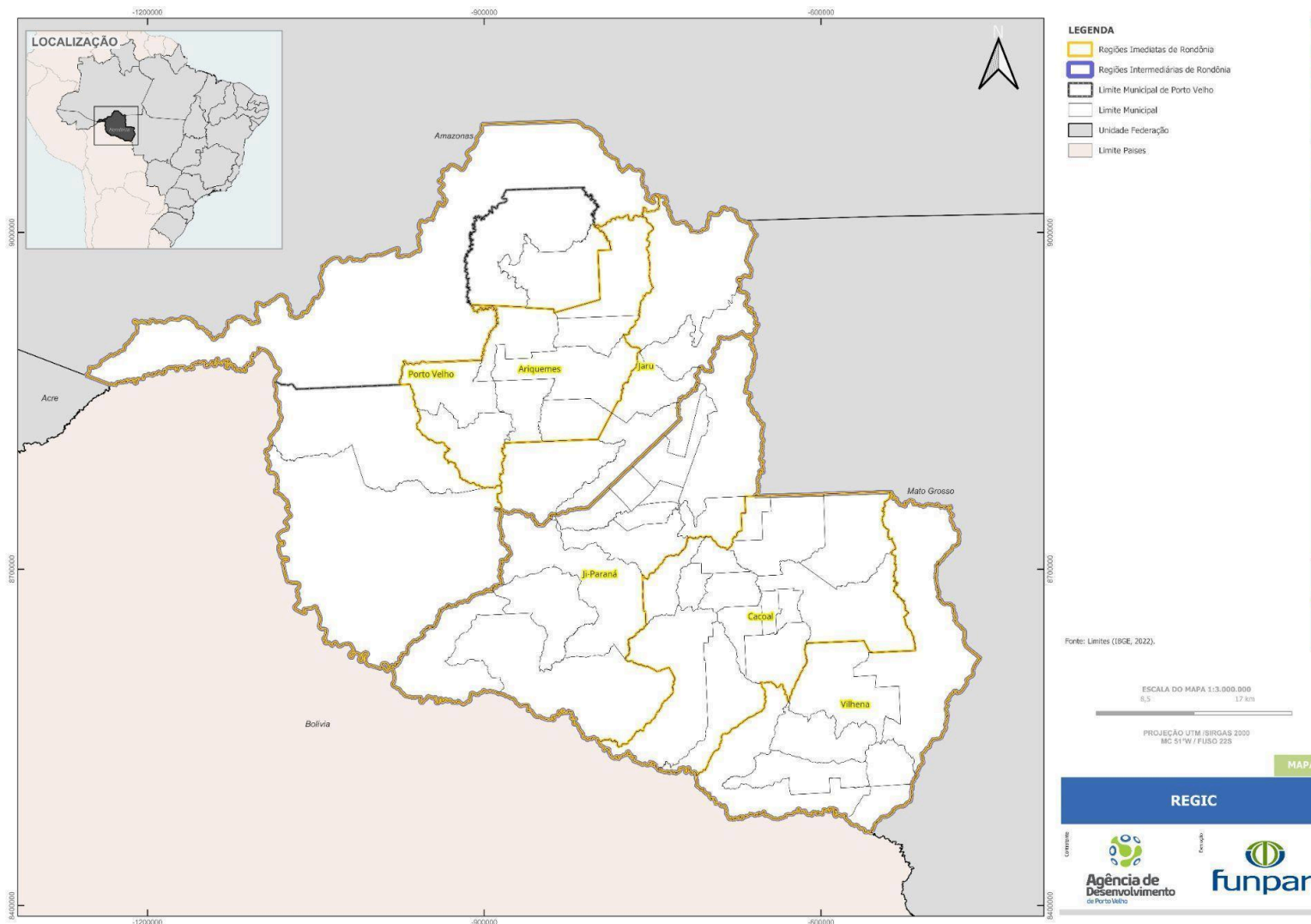
#### 2.3.4. Divisões Regionais do Brasil (IBGE, 2017)

Segundo o IBGE (2017), a “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. A revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que nesse estudo recebem respectivamente os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, seguiu uma metodologia comum para todo o território nacional (...) e pretende subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos.”

As “Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros [fluxos e fixos]. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. (...) As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade.<sup>36</sup>”

O Mapa 2, a seguir, apresenta as Regiões Geográficas Imediatas (Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena) e Intermediárias de Rondônia (Porto Velho e Ji-Paraná).

Figura 6 - Mapa Região Imediatas e Intermediárias



Fonte: Funpar, 2024.

A população dos municípios da Região Geográfica Imediata de Porto Velho alcança 556.123 de pessoas (Tabela 2).

Tabela 2 – População do municípios da Região Geográfica Imediata de Porto Velho – 2022

Município	População
Itapuã do Oeste	8.548
Candeias do Jamari	22.310
Nova Mamoré	25.444
Porto Velho	460.434
Guajará-Mirim	39.387
Região Geográfica Imediata de Porto Velho	556.123
Estado de Rondônia	1.581.196

Fonte: IBGE, 2022.

Dado o conceito de Região Geográfica Imediata, pessoas dos municípios do entorno de Porto Velho procuram eventual e recorrentemente<sup>37</sup> a cidade para “compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.”

### 2.3.5. Região de Influência das Cidades (Regic, 2018)

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas.

Por dar visibilidade às centralidades e à dinâmica dos fluxos que as conectam, essa pesquisa constitui um instrumento importante para as decisões locais e aplicações práticas, tanto do planejamento estatal quanto da sociedade em geral. Como exemplo de sua aplicabilidade, a REGIC serve para subsidiar a implantação de unidades administrativas de órgãos públicos, a criação de critérios para fomento de investimentos, a decisão de onde instalar uma filial de empresa, ou ainda a identificação de locais mais adequados para o atendimento de serviços de saúde e educação” (REGIC, 2018, p. 11).

Segundo o IBGE, “a pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. As “cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade”, conforme cinco níveis da hierarquia dos centros urbanos: Metrópole; Capital Regional (A, B e C); Centros Sub-regionais (A e B); Centros de Zona (A e B); e Centros Locais. As características desses níveis de hierarquia podem ser observadas no Anexo I.

<sup>37</sup> Aqui, não se trata de movimentos pendulares.

As regiões de influência são identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. “O elo final de cada rede são as Metrôpoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades presentes no Território Nacional”.

Nesse contexto, “as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade”, conforme os cinco níveis da hierarquia dos centros urbanos.

No REGIC (2018), a unidade urbana de análise é o conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais. “Isto se deve ao fato de que a unidade funcional Cidade, objeto do REGIC, pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de Municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana.”

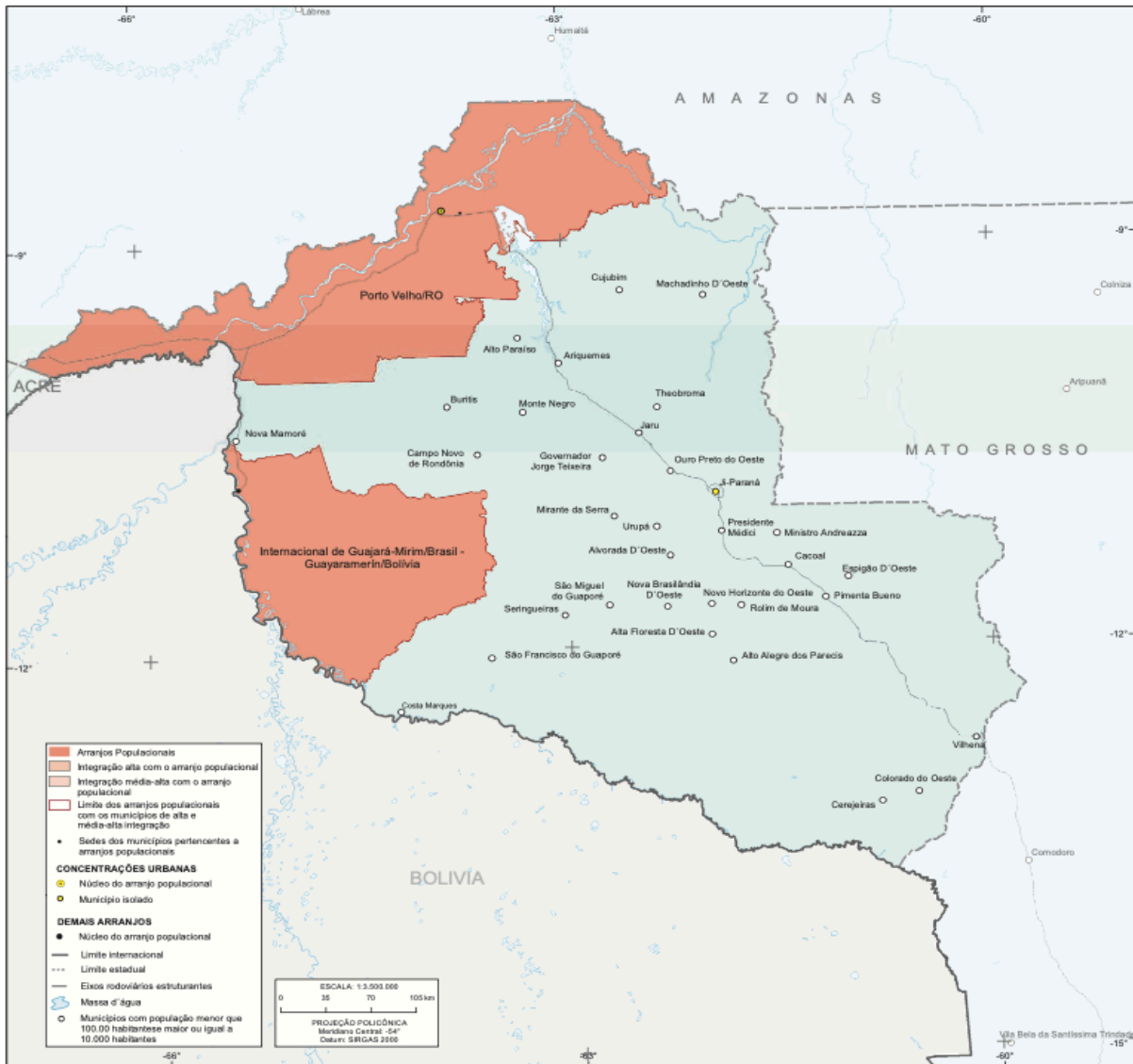
Segundo o IBGE, um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais.<sup>38</sup> Esses arranjos “apresentam alto grau de integração entre os municípios componentes, em particular com o núcleo, possuindo grande tamanho populacional e podendo ter manchas de urbanização que resultam da expansão de uma ou mais cidades, formando conurbações com formas variadas”.

O estado de Rondônia conta com os Arranjos Populacionais de Porto Velho e e Internacional de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/Bolívia (Figura 7).

---

<sup>38</sup> Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível no sítio: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>.

Figura 7 - Arranjo Populacional, Região Metropolitana e Distritos

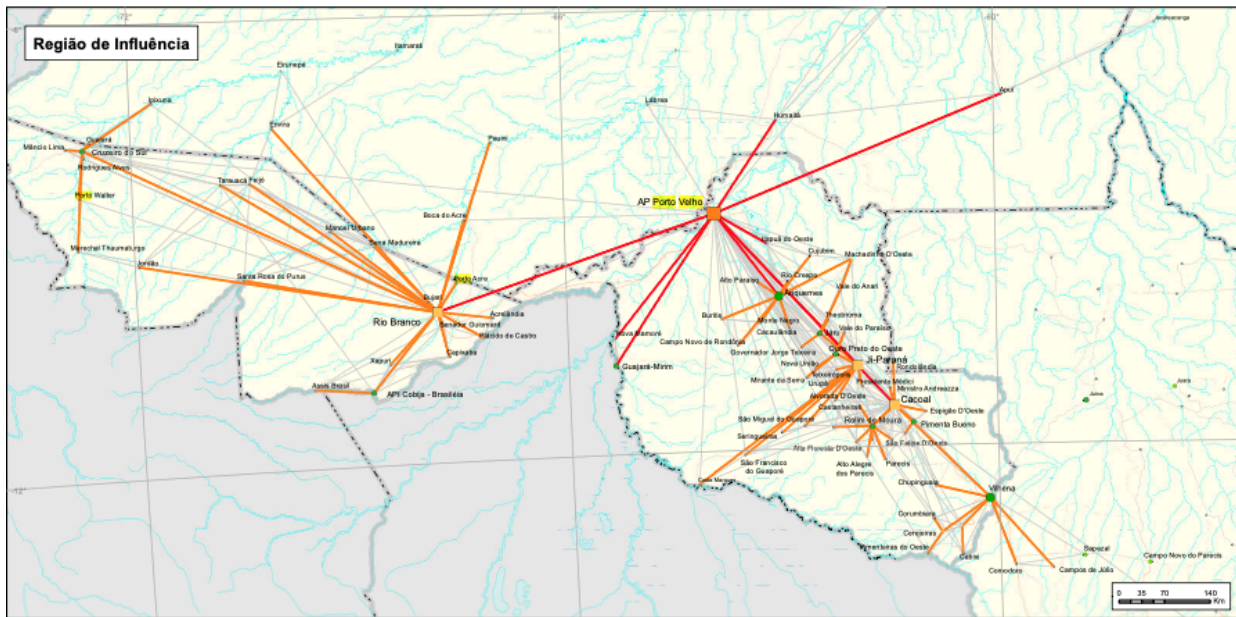


Fonte: Fonte: IBGE. Disponível em:

[https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/tipologias\\_do\\_territorio/arranjos\\_populacionais/mapas\\_2ed/mapa101.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/arranjos_populacionais/mapas_2ed/mapa101.pdf)

A cidade de Porto Velho, enquanto unidade funcional objeto do REGIC, se conforma como uma Capital Regional 2B (Figura 8). Na hierarquia da Rede Urbana Brasileira, Porto Velho se vincula diretamente ao Arranjo Populacional de Brasília (DF), classificado como a Metrôpole Nacional (Figura 9).

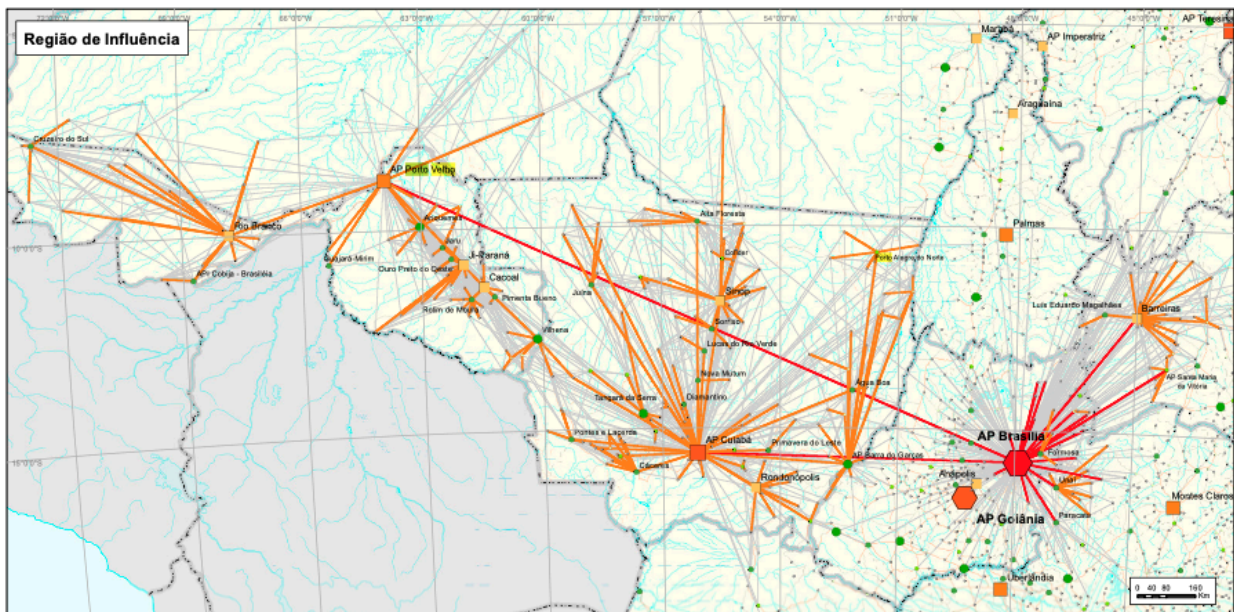
Figura 8 - Região de Influência do Arranjo Populacional de Porto Velho (RO) - Capital Regional 2B



Fonte: IBGE.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>.

Figura 9 - Região de Influência do Arranjo Populacional de Brasília/DF - Metrôpole Nacional (1B)



Fonte: IBGE.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>.

### 2.3.6. Divisão Urbano-Regional (2021)

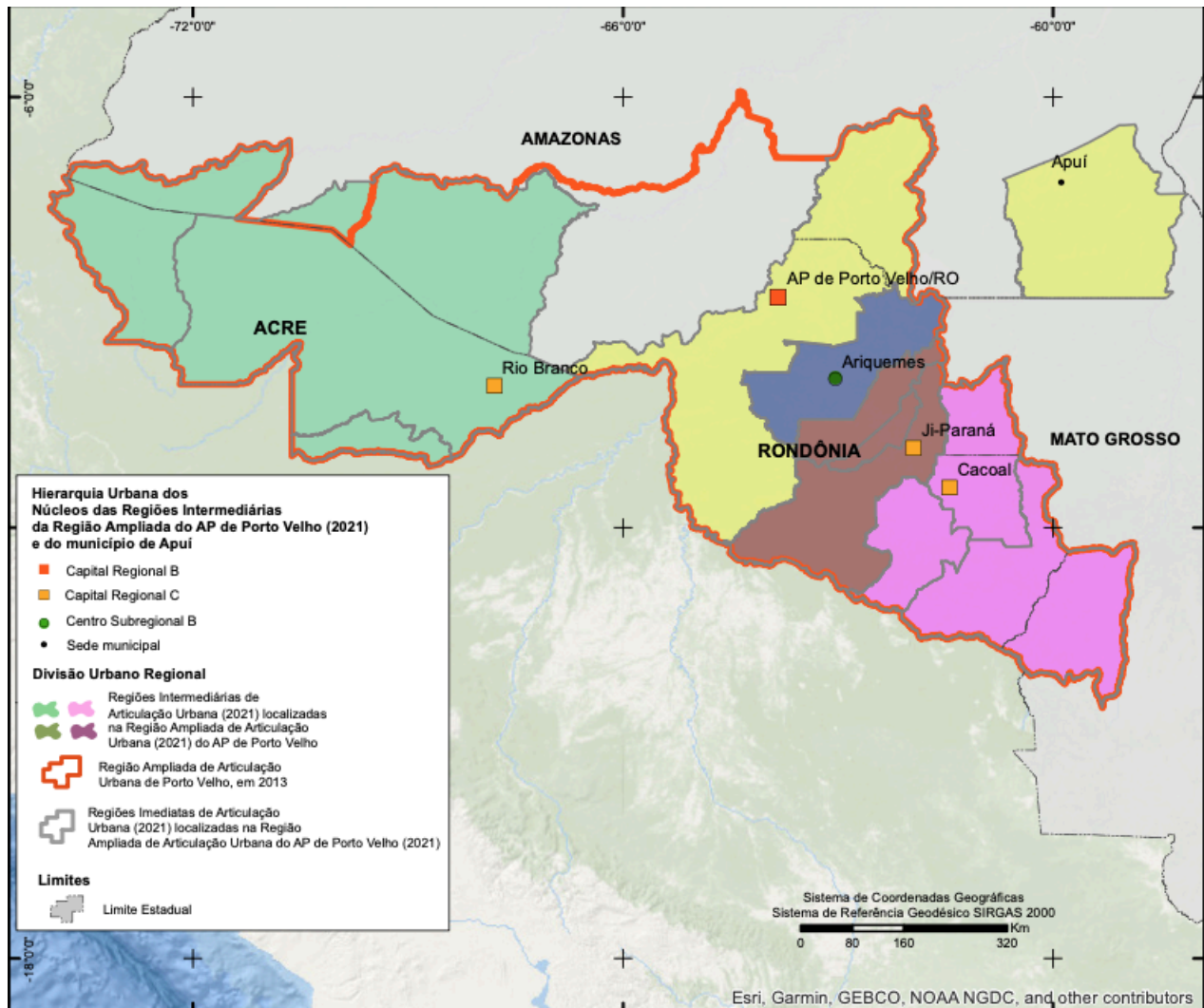
Segundo o IBGE, a “Divisão Urbano-Regional constitui uma contribuição do IBGE à análise da dinâmica territorial brasileira, fornecendo uma visão regional do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana. A identificação e delimitação dos novos desenhos regionais, aqui chamadas de **Regiões de Articulação Urbana**, encontram-se fortemente vinculadas à compreensão das transformações socioespaciais que ocorrem no país e também à maneira como se apreende essas transformações. Todas as regiões identificadas são formadas a partir

de uma cidade que comanda a sua região, estabelecendo relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios.”<sup>39</sup>

Esse processo de regionalização é construído a partir da definição de critérios que distinguem as Regiões de Articulação Urbana, utilizando-se como referenciais a rede urbana brasileira, a hierarquia de seus centros e suas áreas de influência, além de informações adicionais sobre as gestões pública e privada do País e o consumo de bens e serviços.”

A Hierarquia Urbana dos Núcleos das Regiões Intermediárias da Região Ampliada do AP de Porto Velho (2021) pode ser observada no mapa a seguir.

Figura 10 - Hierarquia Urbana



<sup>39</sup> Informações disponíveis no sítio:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15777-divisao-urbano-regional.html?=&t=sobre>.

Tabela 3 - REGIC (2018): Hierarquia Dos Centros Urbanos

Níveis Hierárquicos	Características
Metrópoles	São os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta, seja de uma ou mais Metrópoles simultaneamente. A região de influência dessas centralidades é ampla e cobre toda a extensão territorial do País, com áreas de sobreposição em determinados contatos: Metrópole Nacional (Arranjo Populacional de São Paulo/SP); Metrópole Nacional (Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ); Metrópole - os Arranjos Populacionais de Belém/ PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM)
Capitais Regionais	São os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles.
Capital Regional A	Composto por nove Cidades, em geral Capitais Estaduais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste com exceção do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP. Apresentam contingente populacional próximo entre si, variando de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018. Todas se relacionam diretamente a Metrópoles (2A).
Capital Regional B	Reúne 24 Cidades, geralmente, centralidades de referência no interior dos Estados, exceto pelas Capitais Estaduais Palmas/TO e Porto Velho (RO). Caracterizam-se por possuírem, em média, 530 mil habitantes, apenas com o Arranjo Populacional de São José dos Campos/SP em um patamar populacional superior (1,6 milhão de habitantes em 2018). São numerosas na Região Sul, onde se localizam 10 das 24 Capitais Regionais dessa categoria (2B);
Capital Regional C	Possui 64 Cidades, dentre elas três Capitais Estaduais: os Municípios de Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e o Arranjo Populacional de Macapá/AP, todas pertencentes à Região Norte. As demais Cidades localizam-se, principalmente, na Região Sudeste, onde 30 das 64 Capitais Regionais C se encontram. A média nacional de população das Cidades dessa categoria é de 300 mil habitantes em 2018, sendo maior na Região Sudeste (360 mil) e menor na Região Sul (200 mil) - 2C.
Centros Sub-Regionais	Neste terceiro nível hierárquico, as 352 Cidades possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na Região Sudeste (100 mil) e menores nas Regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil).
Centro Sub-Regional A	Composto por 96 Cidades presentes em maior número nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, e média populacional de 120 mil habitantes; e
Centro Sub-Regional B	Formado por 256 Cidades com grande participação das Regiões Sudeste e Nordeste, apresenta média nacional de 70 mil habitantes, maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil).
Centros de Zona	Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. São 398 Cidades com média populacional de 30 mil habitantes, subdivididas em dois conjuntos: Centros de Zona A e B.
Centro de Zona A	Formado por 147 Cidades com cerca de 40 mil pessoas, mais populosas na Região Norte (média de 60 mil habitantes) e menos populosas nas Regiões Sul e Centro-Oeste (ambas com média de pouco mais de 30 mil pessoas). Em termos de gestão do território, foram classificadas, em sua maioria, nos níveis 3 e 4
Centro de Zona B	Este subnível soma 251 Cidades, todas classificadas nos níveis 4 e 5 de gestão territorial. São de menor porte populacional que os Centros de Zona A (média inferior a 25 mil habitantes), igualmente mais populosas na Região Norte (35 mil, em média) e menos populosas na Região Sul (onde perfazem 15 mil habitantes). Os Centros de Zona B são mais numerosos na Região Nordeste, onde localizam-se 100 das 251 Cidades nesta classificação.
Centros Locais	O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4 037 centros urbanos - o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa.

Fonte: REGIC (2018).

### 2.3.7. Território Amazônico (PRDA 2024-2027)

O PRDA 2024-2027<sup>40</sup> “tem a influência de um mosaico de literaturas que abordam diversos aspectos da intervenção estatal na economia, como também a economia regional” (PRDA, p. 13 e 14).

O roteiro analítico a as dimensões de planejamento deste Plano de Trabalho (Tópico 3) são convergentes com “mosaico de literaturas”, conforme especificações a seguir.

O PRDA 2024-2024 considera “a visão do território de Milton Santos, cuja abordagem enfatiza a importância das relações sociais, culturais e econômicas na definição do espaço geográfico e territorial, considerando o território com o um espaço não neutro e repleto de relações de poder.”

Além disso, no PRDA 2024-2024, “são consideradas as instituições, levando em conta a perspectiva de Douglas North, cuja teoria destaca a influência das instituições no desenvolvimento econômico e na formação de arranjos institucionais favoráveis ao crescimento, mostrando que a sinergia entre legislações, estratégias e atuação das empresas, setor público, academia e terceiro setor pode alavancar o desenvolvimento regional amazônico.”

Outro aspecto importante no PRDA 2024-2024 é “a análise das inovações tecnológicas, que remontam à abordagem neoschumpeteriana de autores como Richard Nelson e Sidney Winter, Giovanni Dosi e Carlota Perez. Esses estudiosos contribuíram com teorias que exploram o papel das inovações tecnológicas no processo de desenvolvimento econômico e mostram que a tecnologia nasce de um ambiente complexo, que não pode ser explicado de forma reducionista, onde a relação de influência entre indivíduos e sociedade é recíproca.”

Outro tema relevante “é a importância da indústria no desenvolvimento econômico, conforme discutem em suas obras Francois Perroux, Guinar Myrdal, Nicholas Kaldor e Albert Hirschman. Esses autores forneceram contribuições significativas ao estudo das dinâmicas industriais e sua influência no crescimento econômico regional e a partir de suas ideias é possível depreender a importância do processo de diversificação da atividade produtiva.”

Além disso, demais, o PRDA 2024-2027 se inspira “em conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável, como abordado por Ignacy Sachs, Ricardo Abramovay e Carlos Nobre. Esses estudiosos discutem a necessidade de conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e a equidade social, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e duradouro. São ainda considerados princípios da economia ecológica, conforme proposto por Herman Daly e Joshua Farley. A economia ecológica enfatiza a interdependência entre o sistema econômico e o ecossistema, buscando abordagens que incorporem os limites ecológicos ao processo de tomada de decisões econômicas, o que é o debate que tem a Amazônia como um dos elementos centrais.”

A dimensão Ambiente Promotor de Inovação - API (D3) recorre ao Manual de Oslo (2018), que afirma que a os operadores do SCTI vão além das empresas: “innovation occurs in all of the four broad sectors of an economy, as defined by the United Nations’ (UN) System of National Accounts (SNA): Business enterprises (corporate sector), General government [instituições governamentais responsáveis pela elaboração, implementação e inovações em políticas públicas], Households [famílias], and Nonprofit institutions serving households - NPISHs [Organizações sociais sem fins lucrativos]” (Oslo Manual, 2018, p. 44). Essa concepção API é

<sup>40</sup> Disponível no sítio: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/PRDA2427.pdf>.

convergente com a proposição do PRDA 2024-2027, quando afirma a necessidade de “desenvolver uma proposta de desenvolvimento que envolva o respeito às populações locais, em especial as populações tradicionais e os grupos étnicos, incorporando seus conhecimentos sobre a região, entre outras dimensões importantes.”

Da mesma forma que o roteiro analítico a as diversas dimensões de planejamento desse Plano de Trabalho (Tópico 3), o PRDA 2024-2027 abrange “uma grande diversidade de influências teóricas”, e dessa forma, apresenta-se como “um Plano alinhado com as diversas manifestações das necessidades e formas de intervenção pública na região amazônica, o que é condizente com uma visão **que não trata a questão do desenvolvimento da Amazônia de maneira simplista ou univariada**, considerando a imensa complexidade do emaranhado de relações econômicas, sociais e ambientais existentes na região na atualidade.”

### 2.3.8. Concepção metodológica dos processos participativos

O processo de construção participativa do PAEDS-PVH considera as experiências e conhecimentos dos diferentes atores que integram a coletividade do município de Porto Velho, sejam eles da esfera pública, privada ou do Terceiro Setor.

Procura-se integrar os seus diferentes pontos de vista, incentivando-os para agirem como sujeito do processo e agente de mudança, atuando de forma integrada, interdependente, sinérgica e solidária.

O planejamento será estruturado por meio de um processo de diálogo aberto e construtivo, conduzido por uma equipe de consultores que deverão atuar imparcialmente na coordenação do diálogo colaborativo a ser desenvolvido. O processo de diálogo com os diversos atores permitirá desenvolver um amplo debate em relação ao desenvolvimento sustentável do município de Porto Velho que temos e que queremos, para que seja uma cidade sustentável, inteligente e inovadora com visão 2050.

A base metodológica do processo de construção do planejamento será fundamentada nos princípios do Enfoque Participativo, envolvendo um conjunto de instrumentos desenvolvidos com a finalidade de facilitar o processo de comunicação, trabalhando com alguns elementos básicos, em especial:

**O Moderador** como elemento de equilíbrio, catalisador para as diversas ideias que aparecerão decorrentes do processo coletivo. Ele procura não interferir no conteúdo das discussões, tendo a responsabilidade de facilitar o processo metodológico.

**A Visualização** consiste no registro visual contínuo de todo o processo, mantendo as ideias sempre acessíveis para todos. Deste modo, as contribuições não se perdem, sendo mais objetivas e mais transparentes para todo o grupo.

**A Problemática** é o mecanismo adotado para ativar o intercâmbio de ideias entre os participantes, tratando-se de mobilizar as informações e conhecimentos dos envolvidos no processo.

**O Trabalho em Grupo** é adotado para aumentar a eficácia da comunicação e garantir um momento intensivo de criação, gerando ideias que possam ser o ponto de partida para a discussão em plenária.

**As Sessões Plenárias** são utilizadas para o aperfeiçoamento e lapidação das ideias geradas nos grupos. São os momentos de socialização dos resultados, das tomadas de decisão e de se estabelecer a responsabilidade e cumplicidade pelo resultado alcançado.

**A documentação** deve relatar fielmente tudo o que foi tratado, debatido e encaminhado, mantendo a imparcialidade do moderador vivenciada em todas as etapas do processo.

### 3. E3 - DIAGNÓSTICO

A Etapa 2 tem por objetivo realizar a caracterização da situação atual de Porto Velho a partir da análise dos eixos, das dimensões e das redes que influenciam a dinâmica econômica e o território municipal, permitindo a identificação dos principais desafios e gargalos que deverão ser trabalhados nas etapas posteriores.

#### 3.1. Metodologia

O diagnóstico será desenvolvido a partir da leitura técnica, realizada pela equipe da Funpar e Equipe Técnica Municipal (ETM) a ser indicada pela Prefeitura de Porto Velho, e da leitura de atores estratégicos, advinda de atividades participativas (como entrevistas, consultas e workshops), ambas orientadas pelos eixos transversais (sustentabilidade ambiental, inovação, inclusão social e redes de cooperação) como também pelas seguintes dimensões de planejamento:

- Infraestruturas de mercado e inserção regional
- Diversificação, adensamento e dinamismo da atividade econômica
- Ambiente promotor da inovação
- Qualidade e força gerativa da cidade e do urbano
- Bem-estar social e qualidade de vida
- Governança e gestão

Tabela 4 – Detalhamento das Dimensões de Planejamento

Dimensões de planejamento	Detalhamento (não exaustivo)
Infraestruturas de mercado e inserção regional	Influência, integração, contiguidade e relações com municípios vizinhos, Estado e Amazônia Legal
	Evolução urbana e uso/ocupação do solo urbano e rural
	Conectividade, mobilidade e transporte
	Movimento pendular e circulação de pessoas e mercadorias
Qualidade e força gerativa da cidade e do urbano	Recursos naturais
	Proteção e conservação ambiental
	Patrimônios e atrativos culturais
	Saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e coleta de resíduos sólidos)
	Energia elétrica e iluminação pública
	Telecomunicações e serviços de acesso
Bem-estar social e qualidade de vida	Dinâmica populacional (crescimento, projeção, densidade e distribuição espacial)
	Marcadores sociais (idade, gênero, raça e renda)
	Educação (analfabetismo, tempo médio de estudo)
	Saúde
	Desenvolvimento humano, vulnerabilidade e prosperidade (OSD, IDHM, IVS, IFDM etc)
	Violência e segurança
Diversificação, adensamento e dinamismo da atividade econômica	Mercado de trabalho (empregos por setor, saldo na geração de emprego e perfil do trabalhador)
	Perfil produtivo (produção por setores, vocação e especialização)

	Complexidade econômica
	Comércio exterior
	Investimentos
Governança e gestão	Estrutura administrativa (somente de órgãos ligados diretamente ao plano como ADPVH, EMDUR, SEMFAZ, SEMPOG e SEMAGRIC)
	Sistema municipal de informações
	Finanças públicas
	Conselhos e atores estratégicos
	Capacidade de investimento
	Políticas e leis municipais
Ambiente promotor da inovação	Legislação e regulamentação
	Principais ativos e empresas
	Rede de recursos humanos e inteligência
	Redes de cooperação
	Projetos e operações de crédito

Fonte: FUNPAR, 2024.

A **leitura técnica** dos eixos descritos terá ênfase: (i) **histórica**, levando em conta a evolução de Porto Velho nos últimos 10 anos; (ii) **Territorial**, metropolitana, municipal e intraurbana, descrevendo dinâmicas e fenômenos internos e externos referentes ao território de Porto Velho, da aglomeração urbana e regional; (iii) **comparativa**, confrontando Porto Velho com três municípios de referência (a serem definidos) e também com o estado de Rondônia.

Para a leitura técnica serão utilizados dados secundários, fornecidos pela Prefeitura Municipal, e provenientes de fontes estatísticas consolidadas, como as bases do:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Fazenda;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
- Instituto Cidades Sustentáveis (ICS);
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD), etc.

A **leitura dos atores estratégicos**, por sua vez, será obtida por meio de entrevistas, consultas e workshops que contarão com a inteligência coletiva e o trabalho colaborativo para o levantamento diagnóstico do município, a partir da vivência e percepção da população e dos atores locais.

A sistematização conjunta da leitura técnica e leitura dos atores estratégicos se dará por meio da análise SWOT enfatizando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dos ambientes interno e externo do município de Porto Velho. A aplicação da análise SWOT proporcionará uma visão sistêmica do cenário atual de Porto Velho, compondo uma síntese dos eixos temáticos abordados.

Figura 11 - Análise SWOT



Fonte: FUNPAR, 2024.

### 3.2. Eventos

São previstos eventos para o desenvolvimento das atividades da Etapa 2, conforme método geral descrito no item 3.4.8 e a relação a seguir.

- **Entrevistas:** interlocuções em profundidade com atores previamente selecionados, a fim de angariar percepções sobre o município. Podem acontecer de maneira presencial ou on-line com perguntas abertas e fechadas.
- **Workshops Temáticos:** realização de 10 workshops temáticos com segmentos do setor público, privado, e representantes dos distritos de Porto Velho em formato virtual com objetivo duplo de informar e sensibilizar os atores convidados sobre a elaboração do PAEDS-PVH e receber impressões e contribuições para elaboração do diagnóstico e preparação das etapas seguintes.
- **Workshop 1:** reuniões presenciais nos quais atores estratégicos serão reunidos para debater percepções, trocar experiências e delimitar entendimentos comuns sobre o desenvolvimento econômico de Porto Velho, em um amplo exercício de inteligência coletiva.
- **Workshop 2:** eventos técnicos em formato virtual ou presencial com gestores municipais dos órgãos ligados diretamente ao plano como ADPVH, EMDUR, SEMFAZ, SEMPOG e SEMAGRIC para o levantamento de dados, o mapeamento de informações e a identificação de demandas.
- **Audiência Pública:** evento comunitário em formato presencial para a apresentação e validação dos resultados da Etapa 2 com a comunidade e para o recebimento de contribuições da população.

### 3.3. Produtos

A Etapa 2 deverá entregar os seguintes produtos, tais como definidos em edital:

- 2 (dois) workshops com atores estratégicos e gestores municipais;

- 1 (uma) audiência pública;
- 1 (um) relatório técnico contendo “Diagnóstico sobre o Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social de Porto Velho”.

O Diagnóstico de Porto Velho constitui-se num documento entregue em versão preliminar, para publicação no website e abertura de consulta pública, e em versão consolidada, após a audiência pública. Para a entrega da versão consolidada, a Consultora realizará análise e incorporação das contribuições recebidas nas consultas e na audiência pública.

#### 4. E4 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO – VISÃO DE FUTURO

A entrega E4, na terceira etapa, denominada “**Plano de Desenvolvimento Estratégico Visão de Futuro e Plano de Ação – Direcionadores Estratégicos**” é um dos principais elementos do PAEDS-PVH.

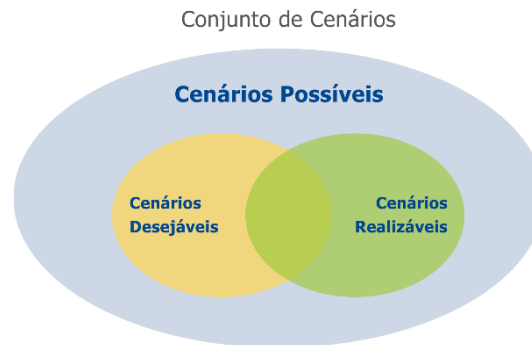
A Visão do Futuro Porto Velho 2030-2050 será construída através da aplicação de técnicas de Cenários Prospectivos a qual baseia-se em modelos prospectivos desenhados na forma de cenários alternativos considerando um processo de desenvolvimento econômico de Porto Velho baseada em três eixos transversais que contempla a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social.

Para construir a Visão de Futuro serão realizados dois tipos de cenários prospectivos:

**1) Cenário Tendencial, Crítico:** cenário exploratório que adota a Prospectiva da Inércia, sem interferência e sem a implementação do Plano de Ação Estratégico. É o cenário da permanência das condições institucionais preexistentes, do agravamento das tensões ambientais, sociais e culturais, além da continuidade dinamismo econômico nas bases atuais. Este cenário tem como propósito apresentar um quadro prospectivo resultante da ausência de ações que visam a transformação estrutural do desenvolvimento de Porto Velho;

**2) Cenário Possíveis, Desejáveis e Realizáveis:** a Visão de Futuro será construída a partir da conversão do cenários possíveis os quais, depois de avaliados, se transforma em cenários desejáveis e ao fim cenários realizáveis. Estes cenários levam em conta a Prospectiva da Mudança gerada pela construção compartilhada e almejada dos atores sociais relevantes e envolvidos (stakeholders), prevendo a aplicação estruturação institucional e desdobramento dos investimentos e implantação dos projetos estruturantes do Plano de Ação Estratégico. Trata-se do cenário guia (visão de futuro) das ações transformadoras realizáveis, ao mesmo que capture os anseios (desejos compartilhados) dos atores sociais.

Figura 12 – Conjunto de Cenários.



Fonte: FUNPAR, 2024.

#### 4.1. Metodologia

A elaboração dos cenários e a construção da Visão de Futuro que irá compor a entrega E4 da segunda etapa “**Plano de Desenvolvimento Estratégico Visão de Futuro e Plano de Ação – Direcionadores Estratégicos**”, com a aplicação da metodologia de análise *prospectiva/foresight*.

A metodologia prospectiva/foresight envolve métodos qualitativos, que permitem o uso de ferramentas mais flexíveis, como:

- Análise de Tendências aplicadas pela equipe técnica para a prospectiva do Cenário Tendencial Crítico;
- Cenário *Planning/Thinking*: aplicado para construção conjunta de condições futuras desejadas. Parte-se da apresentação das condições prévias (Diagnóstico ou Cenário Atual), do Cenário Tendencial Crítico e a proposta de construção de um futuro alternativo plausível. Numa segunda etapa busca-se identificar os elencando os principais caminhos/trajetórias e marcos a percorrer, identificando os projetos estratégicos necessários para a mudança. Adota técnicas de Brainstorming nos Workshops propostos e de Questionário e Entrevista a atores chaves, selecionados pela sua capacidade de influência e por seu interesse no projeto, por meio de ferramentas Delphi.

O Diagnóstico de Porto Velho constitui-se num documento entregue em versão preliminar, para publicação no website e abertura de consulta pública, e em versão consolidada, após a audiência pública. Para a entrega da versão consolidada, a Consultora realizará análise e incorporação das contribuições recebidas nas consultas e na audiência pública.

##### 4.1.1. Atores Sociais Relevantes e Envolvidos

A metodologia prospectiva a ser adotada como referência contempla como fator importante a participação dos principais atores envolvidos desde o início do processo.

O primeiro passo é a identificação dos grupos e organizações relacionados com a implementação do PAEDS e a identificação de suas dinâmicas e reações perante o desdobramento do mesmo, promovendo a elaboração de um sociograma, que permite dar maior objetividade ao processo de planejamento e conciliar acordos entre os atores envolvidos, considerando diversos pontos de vista.

Figura 13 – Atores Sociais Envolvidos na Elaboração da Visão de Futuro



A identificação dos atores sociais relevantes e envolvidos busca conceituar e classificar os atores internos e externos, estruturais e conjunturais. Parte de uma análise estrutural que identifica a capacidade de influência dos atores bem como a configuração das alianças e coalizões relevantes para o PAEDS.

É importante também capturar na análise dos atores envolvidos, a avaliação do capital social, conceito associado à confiança e à participação, e a cultura que afeta as dinâmicas para facilitar ou inibir a realização de projetos compartilhados. Nesse sentido, aplicam-se métricas que permitam mensurar e avaliar o grau de capital social, por meio das associações horizontais e verticais, nível de envolvimento e participação social, redes de apoio e cooperação no âmbito produtivo e institucional, níveis de participação democrática.

#### 4.1.2. Identificação dos Condicionantes do Futuro

##### **Elementos Constantes**

- Invariantes: processos e características de Porto Velho inalteráveis no horizonte 2050;

##### **Mudanças pré-determinadas**

- Tendências Consolidadas: Perspectivas visíveis e consolidadas, com movimento e direção previsíveis,
- Mudanças em Andamento: processos de mudança e transformações estruturais em curso que ainda estão produzindo desdobramentos e efeitos no Horizonte 2050.

##### **Mudanças Incertas**

- Fatos Portadores de Futuro: fatores de mudanças potenciais, ainda com elevado grau de incerteza, mas que podem produzir alto impacto no Horizonte 2050;

- Incertezas Críticas: mudanças que não há previsão e garantia de ocorrência, mas que podem gerar perturbações importantes no Horizonte 2050.

## 4.2. Eventos

- **Participantes Principais – Atores Chaves:** especialistas por tema, atores de representatividade social e do poder público;
- **Delphi:** entrevistas estruturadas a atores chaves envolvidas em duas rodadas – busca de convergências.
- **Workshop 1:** Apresentação dos Cenários Atual e Tendencial Crítico e Brainstorm – a visão desejada da mudança – processo de negociação.
- **Workshop 2:** Identificação dos Condicionantes do Futuro e, a partir de oportunidades e ameaças (identificadas no método SWOT aplicado no diagnóstico) formular, colher, apresentar propostas e projetos indutores da mudança, por eixo (uma mesa de atores identificados com cada eixo).
- **Consulta Pública:** Aplicação de questionário aberto a segmentos relevantes da população envolvida, com o propósito de priorização e de negociação com os atores da sociedade, como forma a motivar e recolher apoio para implementação.
- **Oficina de Trabalho (com a Comissão da Prefeitura):** Desenvolvimento da Visão do Futuro Porto Velho 2030-2050, com a identificação de indicadores, metas, marcos de realização e implementação, por eixo, definindo os projetos/investimentos estruturantes, com base nos resultados do Workshop 2 e da Consulta Pública.

## 4.3. Produtos

Relatório Consolidado contendo a Visão do Futuro Porto Velho 2030-2050, incluindo, em suas premissas, marcos, indicadores e metas, por eixo, denominado Plano de Desenvolvimento Estratégico Visão de Futuro e Plano de Ação – Direcionadores Estratégicos.

O relatório deve contemplar os requisitos de sustentabilidade ampla (econômica, financeira, política, social, ambiental, cultural) e da governabilidade, e estabelecer as macroestratégias de ação para atingir a visão de futuro.

## 5. E5 - POLÍTICA, LEI E FUNDO DA INOVAÇÃO

Relatório Consolidado contendo a Visão do Futuro Porto Velho 2030-2050, incluindo, em suas premissas, marcos, indicadores e metas, por eixo, denominado Plano de Desenvolvimento Estratégico

Para a elaboração das entregas E5, referente à política, lei e fundo de inovação, o Plano de Trabalho prevê a criação de um **Ambiente Metropolitano Promotor de Inovação de Porto Velho (API-PVH)**, dentro do qual estará inserido o **Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (SM-CTI)**. Este ambiente e sistema, contém todos os elementos solicitados no edital, a saber: Uma política de inovação, com seus fundamentos, justificativas e impactos esperados; uma Lei de Inovação, que dá suporte legal à todo ambiente e sistema de inovação, e a constituição de um Fundo de Inovação, com especificação de fontes de financiamento e critérios de aplicação dos recursos do fundo.

Os detalhes do API-PVH e SM-CTI estão descritos no anexo I deste Plano de Trabalho. A seguir expomos resumidamente a metodologia a ser seguida, os eventos necessários para cumprir esta etapa do cronograma e os produtos a serem entregues.

## 5.1. Metodologia

A estruturação de um **Ambientes Promotores da Inovação - API** é de fundamental importância estratégica para o desenvolvimento sustentável de uma região e assim será também para o município de Porto Velho.

Os API são ambientes característicos da economia do conhecimento, na qual o principal componente da agregação de valor, produtividade e crescimento econômico, é o conhecimento. Diferente da sociedade industrial, na economia do conhecimento o principal recurso voltado para a geração de riquezas (bens e serviços) deixou de ser os meios de produção convencionais (recursos naturais, capital e trabalho) para ser o conhecimento.

A estruturação do API-PVH e SM-CTI seguirá as determinações do Segundo o Decreto Federal no 9.283/2018<sup>41</sup> que regulamentou a Lei Federal no 10.973/2004 (Lei de Inovação)<sup>42</sup>, alterada pela Lei nº 13.243/2016 (“Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação”),<sup>43</sup> Ambientes Promotores da Inovação são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil, e envolvem duas dimensões:

- A estruturação de um **Ecossistema de Inovação**: onde se encaixa a elaboração de um Plano de Inovação;
- A definição de **Mecanismos de geração de empreendimentos**, onde se encaixa a Lei de Inovação e o Fundo de Inovação a ser criado.

Outra iniciativa relevante para a consolidação do API de Porto Velho refere-se à estruturação do **Sistema Municipal e Ciência e Tecnologia (SM-CTI)**, cuja principal referência é o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCTI.

Segundo o Art. 219-B da Constituição Brasileira, o SNCTI é organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

## 5.2. Eventos

Para elaboração do Plano de Trabalho, e a concretização do API-PVH e SM-CTI, será necessária uma forte articulação da área Jurídica e Orçamentária da Prefeitura Municipal, bem como a articulação política com o poder legislativo, sobre o encaminhamento do Projeto de Lei para criação da Lei de Inovação de Porto Velho.

A equipe da Funpar fará reuniões online com os principais atores envolvidos, para dirimir dúvidas e especificar caminhos que viabilizem política e financeiramente a criação do API, em particular a Lei e o Fundo de Inovação.

## 5.3. Produtos

Os produtos previstos para esta entrega são:

<sup>41</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm).

<sup>42</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm#:~:text=Art.,218%20e%20219%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm#:~:text=Art.,218%20e%20219%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o)

<sup>43</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2).

- Um **Plano de Inovação**, com fundamentação metodológica, justificativa, diretrizes, metas e indicadores de acompanhamento;
- Um **Projeto de Lei de Inovação**, que possa ser encaminhado à Câmara de Vereadores para apreciação;
- Um **Projeto de Criação de um Fundo Municipal de Inovação**, assegurado pelo projeto de Lei já mencionado e pela adequação orçamentária, com previsão de receitas e aplicações do Fundo, com os respectivos critérios de aplicações deste Fundo em áreas ou eixos ou projetos considerados estratégicos para o API-PVH.

## 6. E6 - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO, INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

O Plano de Ação Estratégico, Investimentos e Projetos Estratégicos do PAEDS-PVH, em atendimento ao escopo do edital, será composto por um portfólio de Projetos, cinco dos quais receberão um detalhamento de sua concepção, estruturação e implantação conforme seção, adiante. Os projetos estratégicos levarão em conta seus efeitos no curto (1 ano), médio (5 anos) e longo prazo (horizonte do projeto, 2030-2050) e deverão estar agrupados conforme os três Eixos Transversais: inovação, sustentabilidade e inclusão social.

Os projetos estruturantes atenderão as seguintes características:

- I. desdobram e transformam a visão de futuro em resultados concretos que sinalizam a mudança desejada;
- II. possuem efeito multiplicador e capacidade de gerar outras iniciativas privada ou pública;
- III. mobilizam e articulam recursos públicos, privados ou em parceria; e
- IV. produzem a percepção da sociedade acerca da construção da visão de futuro por meio de ações concretas. Para cada projeto será feita uma breve descrição de seus objetivos, resultados esperados, atores intervenientes, escopo preliminar e investimento necessário.

### 6.1. Metodologia

O método para a construção do PAE e do PAI integra os seguintes temas e análises:

- Diretrizes Gerais
- Alinhamento com os Eixos Transversais e ODS
- Estimativa de investimentos para a implantação das diretrizes estratégicas;
- Quadro de prioridades de investimentos;
- Proposta de fontes de recursos para os investimentos;
- Desdobramento das ações para desenvolvimento econômico e ambiental;
- Agenda de Porto Velho para o Desenvolvimento (verificar necessidade de envolver outras cidades amazônicas);
- Enquadramento no Plano e Lei de Inovação (nos termos do Capítulo 6)

### 6.2. Eventos

- Uma Reunião para cada Eixo de Desenvolvimento para levantamento e definição do portfólio de projetos, com elaboração de levantamento de custos, prazos de execução e priorização;

### 6.3. Produtos

- Uma Reunião por Eixo de Desenvolvimento para definição de portfólio e elaboração de projetos;

- Plano de Ação Estratégico, com portfólio de projetos e investimentos necessários para a execução do Plano de Ação, com elaboração de referências mínimas - justificativa, estimativa de valores, prazos de execução (curto, médio e longo prazo), atores envolvidos e priorização;

## 7. E7 – CARTEIRA PROJETOS ESTRATÉGICOS DETALHADOS

A seleção dos cinco projetos será realizada em conjunto com a ADPVH levando-se em conta: os três Eixos Transversais, inovação, sustentabilidade e inclusão social; o resultados da matriz SWOT; as escalas territoriais, os condicionantes institucionais financeiros e ambientais; bem como, as conclusões do produto anterior “Plano de Ação Estratégico, Investimento e Projetos Estruturantes”.

Serão identificadas as sinergias ( complementaridade) e “atritos” (riscos) que poderão ocorrer na implementação do projetos.

### 7.1. Metodologia

#### Organização da Carteira de Projetos

- Priorização de Projetos Estratégicos
- Detalhamento de cada Projeto, contendo
  - Descrição do Projeto
  - Justificativa estratégica
  - Alinhamento aos Eixos Estratégicos e ODS
  - Impactos Esperados e Metas
  - Indicadores de Acompanhamento
  - Governança
  - Fontes de Financiamento
  - Parceiros Estratégicos

#### Proposição de Medidas Institucionais

Definição de um conjunto de medidas institucionais, organizacionais e de gestão para facilitar a implementação dos projetos estratégicos. As medidas serão identificadas ao longo do trabalho durante as reuniões sobre cada eixo estratégico de desenvolvimento e oficinas de trabalho.

### 7.2. Eventos

- Uma reunião por eixo de desenvolvimento, com especialistas, para escolha do projeto estratégico, para detalhamento da estruturação do projeto e para identificação das medidas institucionais, organizacionais e de gestão necessárias para implementação do projeto estratégico do eixo.

### 7.3. Produtos

- Cinco reuniões com especialistas para seleção e estruturação dos projetos estratégicos.
- Documento de Proposição de Medidas Institucionais para a gestão e a implementação dos projetos estruturantes;
- Um documento técnico denominado “Carteira de Projetos Estratégicos Selecionados do PAEDS-PVH” com os projetos estratégicos contendo os seguintes elementos:

público-alvo, objetivo geral e específicos, resultados almejados, retorno do investimento público para sociedade porto-velhense, datas de início e término, ações, metas, recursos, programação física e financeira, marcos críticos, análise de risco, mecanismos de governança, investimento necessário e indicação de possíveis fontes de financiamento.

## **8. E8 - MANUAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS E CAPACITAÇÃO**

### **8.1. Metodologia**

#### **Manual de Projetos**

Com base na análise de manuais e cadernos de projetos das entidades de fomento e cooperação nacional e internacional com atuação na Amazônia, indicando os requisitos mínimos para apresentação de projetos de investimento e financiamento, será elaborado o Manual de Projetos Estratégicos do PAEDS-PVH, para orientar a estruturação e execução de projetos estratégicos.

#### **Curso de Capacitação**

- A partir do Manual de Projetos será estruturado e executado o programa do Curso de Capacitação em Projetos com os objetivos de:
- monitorar a execução dos projetos que serão detalhados;
- adquirir capacidade de estruturar novos projetos e os demais projetos da carteira estratégica de projetos;
- adquirir conhecimentos necessários para o gerenciamento dos projetos que serão detalhados.

### **8.2. Eventos**

- Curso de Capacitação em Projetos para servidores municipais sobre estruturação, gerenciamento e monitoramento de projetos;

### **8.3. Produtos**

- Manual de Estruturação e Execução de Projetos
- Um curso de capacitação com 20hs para até 25 (vinte e cinco) servidores municipais sobre estruturação, gerenciamento e monitoramento de projetos/PAEDS-PVH;
- Relatório descritivo da execução da 3ª Etapa.

## **9. E9 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO 2030 – 2050 (A DEFINIR)**

### **9.1. Metodologia**

A partir dos estudos realizados (diagnóstico, cenários, carteira de projetos e projetos estratégicos), será elaborado documento complementar na forma de relatório executivo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico no Horizonte 2030 –2050 para o Município de Porto Velho.

### **9.2. Produtos**

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico no Horizonte 2030-2050 para o Município de Porto Velho, entregue em versão eletrônica e impresso em tamanho A4 e encadernado em brochura.

## **10. E10 - MODELO DE GOVERNANÇA DO PAEDS-PVH**

### **10.1. Metodologia**

A partir das conclusões das análises institucionais internas e externas e dos eventos participativos será construído um modelo de governança para a implementação, monitoramento e avaliação do PAEDS-PVH.

Este modelo abrange um organograma e fluxograma dos principais procedimentos das instituições chave e suas atribuições. Inclui também a identificação de indicadores estratégicos de desempenho do Plano.

### **10.2. Produtos**

- Relatório entregue em versão eletrônica e impresso em tamanho A4 e encadernado em brochura.

## **11. E12 PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Consolidação de documento Síntese do PAEDS-PVH, possibilitando sua perfeita compreensão por atores internos e externos, sobre a visão de futuro (cenário 2050) compartilhada e consensual, que oriente planos, programas e projetos. Contemplar estratégias e diretrizes para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município considerando a inovação e sustentabilidade.

Inclui, objetivos, projetos estratégicos, plano de ação e investimentos, cronograma, governança e indicadores para monitoramento e avaliação.

### **11.1. Produtos**

- Relatório entregue em versão eletrônica e impresso em tamanho A4 e encadernado em brochura.

## **12. ETAPAS E ATIVIDADES GERAIS – VISÃO GERAL DO PLANO**

Esta seção descreve as etapas, atividades gerais previstas ao longo do projeto, o plano de entrega e o cronograma físico e financeiro e processos de gestão do projeto como um todo. No que se refere ao cronograma físico e financeiro está sendo sugerido uma pequena alteração de prazo de execução da etapa de diagnóstico, como será justificado adiante.

De forma geral O Plano de Trabalho do PAEDS-PVH está organizado em quatro Etapas que contemplam:

- I. Alinhamento dos conceitos, métodos, atividades e comunicação entre os atores;
- II. Um diagnóstico compreensivo sobre o “ambiente” econômico atual e prospectivo, com fundamento em seis dimensões principais (Infraes ) , abrangendo as escalas intraurbana, metropolitana, regional/estadual e macrorregional/Amazônia;
- III. A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estratégico com a definição de um Plano de Ação e de cinco projetos estratégicos;
- IV. Elaboração de modelo de governança para o poder público e a sociedade, incluindo sistema de monitoramento e avaliação do PAEDS.

As atividades serão desenvolvidas de forma complementar e participativa adotando-se metodologia que assegura a participação de atores e instituições chave dos setores público e privado.

Os produtos a serem entregues, os respectivos prazos e percentual de participação no serviços estão demonstrados na tabela a seguir.

### 12.1. Produtos e Serviços a serem entregues

Data de Início: 02/04/2024

Data de término: 02/04/2025

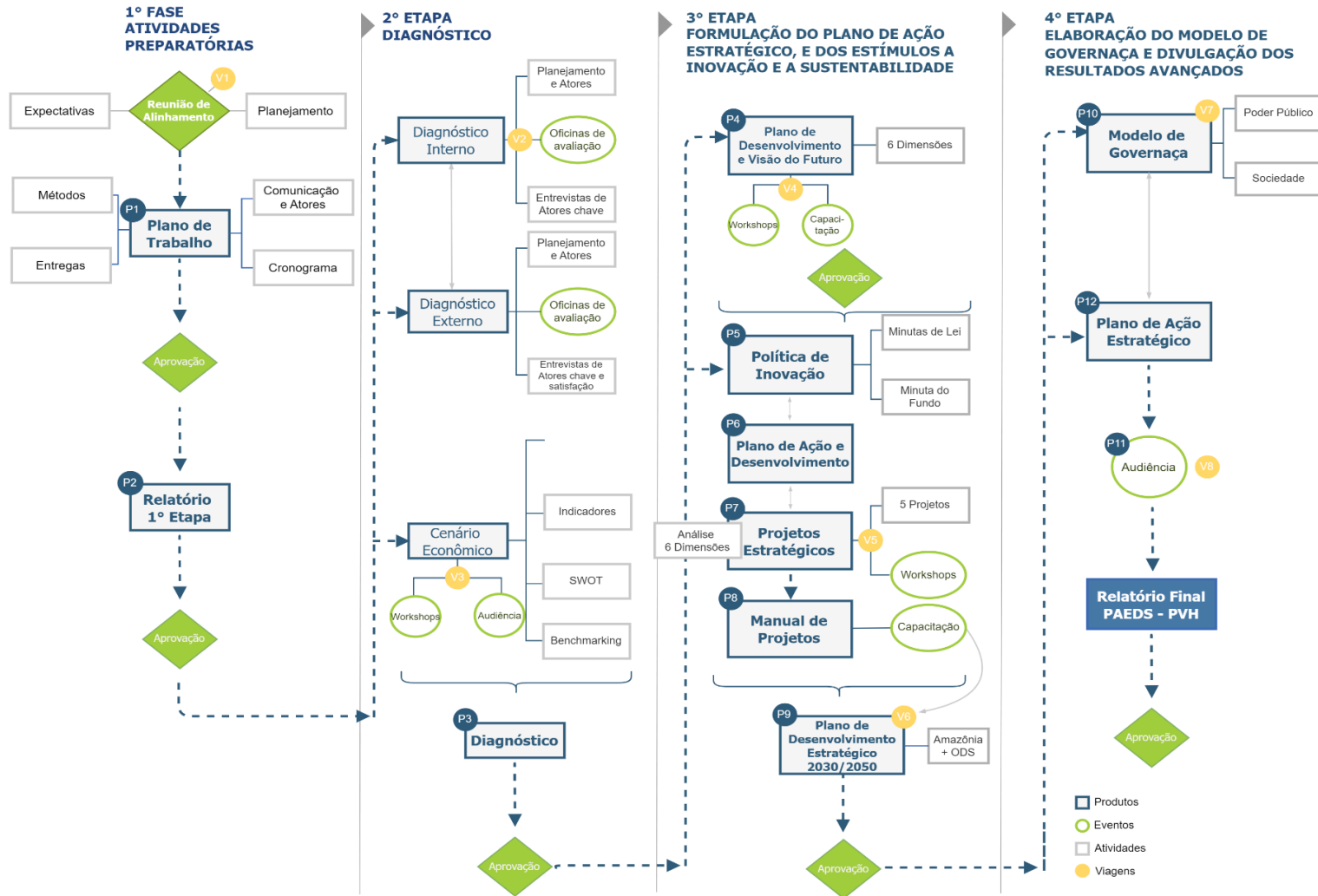
Tabela 5 – Produtos e Serviços a serem entregues

Fase	Entrega	Item	Dias	
1ª Etapa	1	Plano de Trabalho	15	15
	2	Relatório da 1ª Etapa	15	30
2ª Etapa	3	Diagnóstico, Workshop e Audiência Pública	60	90
3ª Etapa	4	Plano de Desenvolvimento Estratégico	30	120
	5	Política Inovação Municipal: Projeto de Lei e Fundo	30	150
	6	Plano de Ordenamento, Ação e Investimentos	30	180
	7	Carteira de Projetos Prioritários	30	210
	8	Manual de Projetos Estratégicos e Capacitação	30	240
	9	Plano de Desenvolvimento Estratégico 2030-2050	30	270
4ª Etapa	10	Manual e Modelo da Governança de Projetos	30	300
	11	Audiência Pública e Relatório da 4ª Etapa.	30	330
	12	Plano de Ação Estratégico	15	345
	13	Relatório Final Consolidado	15	360

### 12.2. Fluxograma Geral

O fluxograma geral, agregado, do Plano de Trabalho segue a sequência e interrelação de produtos e eventos que constam na figura 14 a seguir.

Figura 14 – Fluxograma de Atividades, Produtos e Eventos



Fonte: FUNPAR, 2024

### 12.3. Cronograma Geral

O cronograma indica os prazos de atividades, entrega de produtos, realização de eventos e previsão de visitas locais.

O prazo total para a realização dos serviços e entrega do produto final é de 12 meses conforme indica o cronograma a seguir.



## 12.4. Organograma Geral

A proposta para a gestão do PAEDS está organizada entre a equipe Municipal e a equipe da Funpar segundo dois núcleos, um núcleo técnico e um núcleo administrativo-financeiro. O primeiro é responsável pelo desenvolvimento das atividades e dos produtos técnicos, o segundo pela gestão de agendas, cronogramas, entregas, eventos, questões administrativas e financeiras.

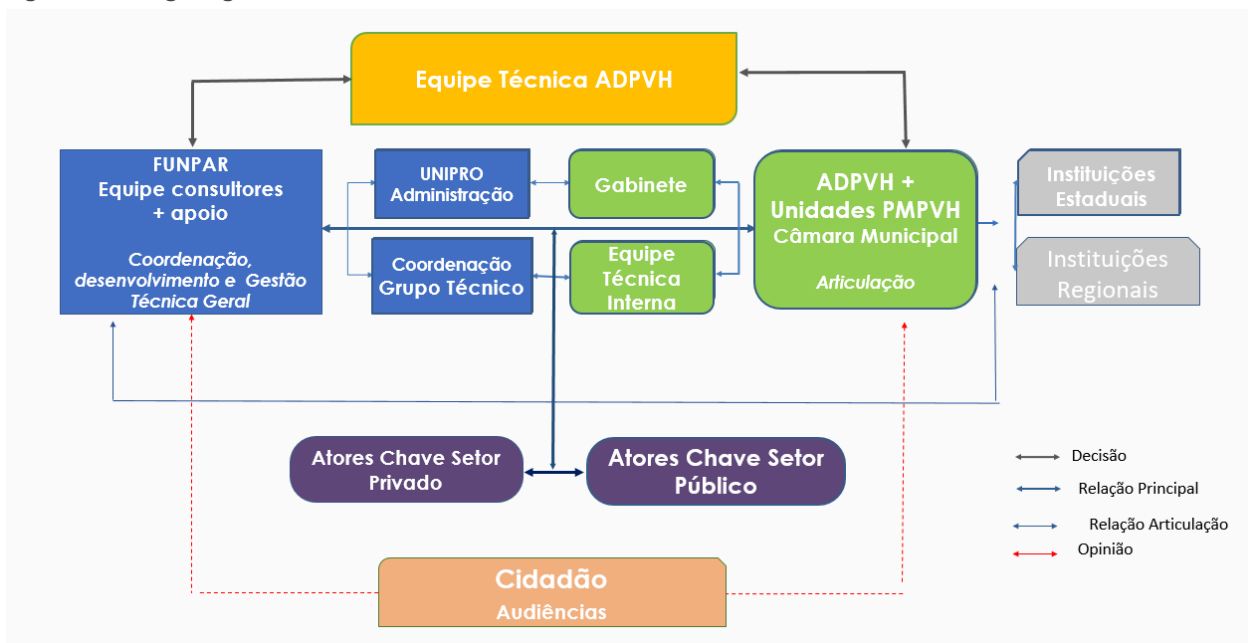
Os trabalhos serão supervisionados e aprovados por uma Comissão formada por representantes da ADPVH e da Prefeitura. Cabe a equipe da ADPVH promover a articulação com entidades externas ao projeto e a comunidade.

A execução dos serviços, incluindo pesquisas, levantamentos, análises e a confecção dos produtos cabe à equipe da Funpar.

Resta definir com a equipe municipal a forma de participação da Câmara de Vereadores uma vez que será responsável pela aprovação da legislação proposta no PAEDS.

O organograma abaixo sintetiza a relação entre os principais atores institucionais.

Figura 15 – Organograma Gerencial



Fonte: FUNPAR, 2024.

## 12.5. Equipe De Trabalho E Organograma Temático

A equipe de trabalho está organizada segundo responsáveis por dimensões temáticas que atuam de forma integrada e complementar conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 16 – Organograma Temático

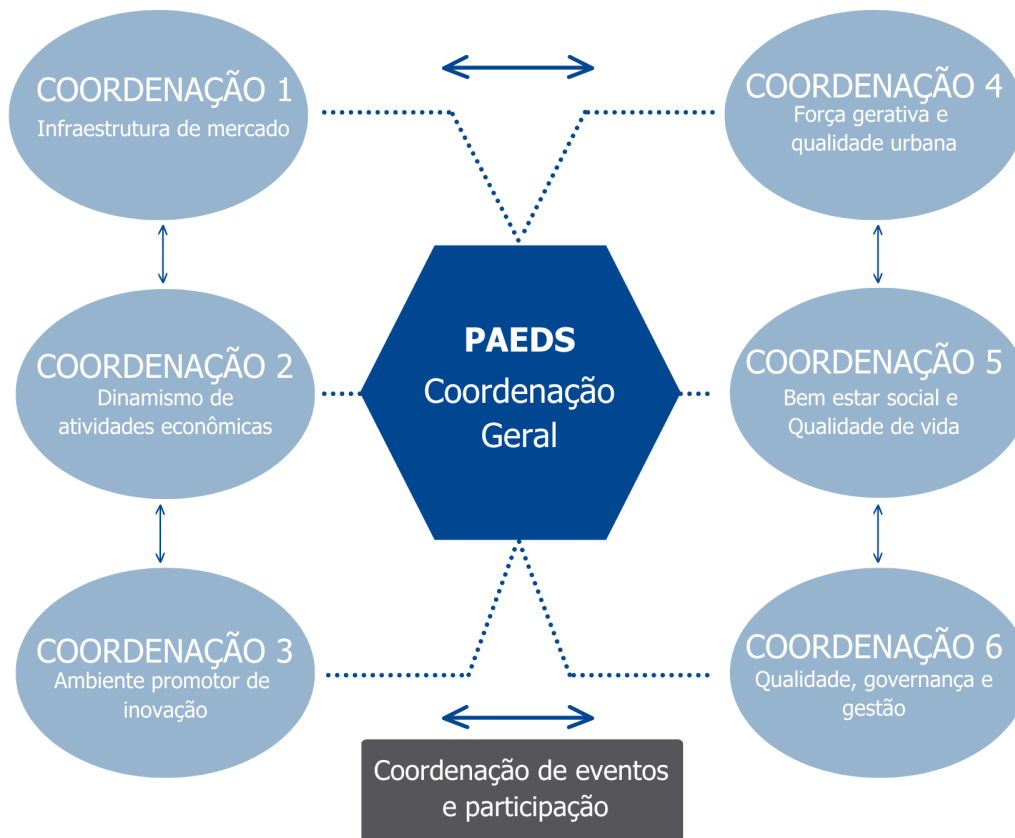


Tabela 6 - Equipe de Trabalho FUNPAR

Profissional	Especialidade	Responsabilidade no Projeto
Luis Henrique C. Fragomeni	Planejamento Municipal	Escalas territoriais e desenvolvimento urbano
Mariano de Matos Macedo	Economia urbana e regional	Inovação e mercados
João Basilio Pereima	Análise macroeconômica	Coordenação técnica
Michelli Stumm	Economia empresarial	Governança e Indicadores
Wilhelm Edward Meyners	Economia Urbana e regional	Governança, infraestrutura
Cícero Bezerra	Economia e Contabilidade	Análise bancos de dados e RAIS
Sergio Cordioli	Participação Pública e Eventos	Eventos
Fabiano Cruz	Gestão de Projetos	Administração e finanças
José Guilherme	Gestão de Projetos	Administração e finanças
Thainá Antunes	Geografia	Análises geográficas e cartografia

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012.
- BACELAR, Tânia. Palestra Magna: Política Pública, Participação Social, Desenvolvimento Sustentável e Territórios. (In) Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. IICA, v. 8, outubro de 2008.
- BEVERIDGE, Willian. Social Insurance and Allied Services (Beveridge Report), Londres, 1942.
- BUARQUE, S.C. Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. Brasília, IPEA: 2003. (TD nº 939).
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- IBGE, (2020). Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Brasília, DF.
- JACOBS, J. The economy of cities. New York: Vintage Books, 1969.
- LASTRES, Helena Maria M.; LEMOS, Cristina; KAPLAN, Eduardo; GARCEZ, Cristiane; MAGALHÃES, Walsey. O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. (In) ALÉM, A. Cláudia; GIAMBIAGI, Fábio. O BNDES em um Brasil em Transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEMOS, Mauro B.; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. Condicionates territoriais das alomerações industriais sob ambientes periféricos. (In) DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Orgs). Economia e Território. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2005.
- MACEDO, Mariano; MEINERS, Wilhelm. Estratégias de desenvolvimento regional: Arranjos Produtivos Locais ou Sistemas Territoriais de Produção? Artigo apresentado no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), realizado em Porto Alegre, em 2017.
- MARCIAL, E., GRUMBACH, R. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro, FGV Editora: 2012, 5ª Ed.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de economia. São Paulo : Editora Abril, 1996. Publicação original: MARSHALL, Alfred. Principles of Economics. London : Macmillan and Co., 1890).
- MEDINA, J., ORTEGÓN, E. Manual de prospectiva y decisión estratégica: bases teóricas e instrumentos para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL/ILPES, 2006.
- MORI MEMORIAL FOUNDATION. Global Power City Index 2023. Tokyo, Institute for Urban Strategies, MMF, 2024.
- NELSON, R. What makes an Economic Productive and Progressive? What A the Needed Institutions? Looking Back and Looking Fowards. LEM Working Paper Series, Laboratory of Economics and Management, Sant'Anna School of Advanced Studies, Italy. 2006/24, September 2006.
- OSLO Manual 2018: guidelines for collecting and interpreting innovation data. 4th Edition. Disponível no sítio: [https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual-2018\\_9789264304604-en](https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual-2018_9789264304604-en).
- PERROUX, François. Note sur la notion de pole de croissance. Economie Appliquée, 1995. Tradução disponível em SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). Economia Regional: textos escolhidos. CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

POSSAS, Maria Sílvia. Introdução.. (in) SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Editora Abril : São Paulo. Coleção Os Economistas, 1997

QUEIROZ, Francisco; SOUZA, Laumar. A evolução do conceito de trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas ano XVII vol. 17 nº 29, UESB, Vitória da Conquista/BA, 2020.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Paula Yione Stroh (Orgs.). Gramond : São Paulo, 2002. Disponível no sítio: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5797059/mod\\_resource/content/1/Caminhos%20para%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.%20Sachs%2C%20Ignacy%20%282002%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5797059/mod_resource/content/1/Caminhos%20para%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.%20Sachs%2C%20Ignacy%20%282002%29.pdf).

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; (2005). Milton Santos: O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16/jun. 2005. Buenos Aires : CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.O.G. o planeamento por cenários como resposta das organizações a desafios colocados na época actual. Évora (Portugal), Universidade de Évora, 2013.

SEN, Amartya. Development as Freedom, Alfred A. Knopf, New York, 1999.

SOJA, Edward W. Para além de Posmetropolis. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013. Versão original publicada em Urban Geography, v. 32, n. 4, maio/jun. 2011.

## ANEXO I

### REFERÊNCIAS ANALÍTICAS PARA O PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO PAES 2030 - 2050

### SISTEMA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E AMBIENTE METROPOLITANO PROMOTOR DE INOVAÇÃO DE PORTO VELHO

#### Nota Técnica (18/04/2024)

A estruturação de um **Ambientes Promotores da Inovação - API** é de fundamental importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do município de Porto Velho.

Os API são ambientes característicos da economia do conhecimento, na qual o principal componente da agregação de valor, produtividade e crescimento econômico, é o conhecimento. Diferente da sociedade industrial, na economia do conhecimento o principal recurso voltado para a geração de riquezas (bens e serviços) deixou de ser os meios de produção convencionais (recursos naturais, capital e trabalho) para ser o conhecimento.

Segundo Veloso (2005, p. 4)<sup>44</sup>, o “principal significado básico da economia do conhecimento é a possibilidade de uma completa mudança no quadro de nossas vantagens comparativas (especializações), atuais e potenciais” não mais baseadas nos meios de produção tradicionais, mas na agregação conhecimento ao processo de produção de bens e serviços.

Segundo o Decreto Federal nº 9.283/2018 <sup>45</sup>que regulamentou a Lei Federal nº 10.973/2004 (Lei de Inovação)<sup>46</sup>, alterada pela Lei nº 13.243/2016 (“Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação”<sup>47</sup>), Ambientes Promotores da Inovação são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil, e envolvem duas dimensões:

- **Ecosistemas de inovação:** espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos; e
- **Mecanismos de geração de empreendimentos:** mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas

<sup>44</sup> VELOSO, João Paulo dos Reis. O Brasil e a Economia do Conhecimento - o Modelo do Tripé e o Ambiente Institucional. XVII Fórum Nacional - China e Índia como Desafio e Exemplo e a Reação do Brasil... para Cima, 2005. Disponível no sítio: <https://www.inae.org.br/estudo/o-brasil-e-a-economia-do-conhecimento-o-modelo-do-tripe-e-o-ambiente-institucional/>.

<sup>45</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm).

<sup>46</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm#:~:text=Art.,218%20e%20219%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm#:~:text=Art.,218%20e%20219%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o).

<sup>47</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2).

nascentes de base tecnológica, que envolvem negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscam a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecem suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos;

É importante destacar que a estruturação de Ambientes Promotores da Inovação, além de suas estruturas físicas e equipamentos, significa também um processo de construção de capital social, ou seja:

um conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1988, p. 67)<sup>48</sup>.

Nesse contexto, outra iniciativa relevante para a consolidação do API de Porto Velho refere-se à estruturação do **Sistema Municipal e Ciência e Tecnologia - SMCTI**, cuja principal referência é o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCTI.

Segundo o Art. 219-B da Constituição Brasileira, o SNCTI é organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

De acordo com o MCTI (2021), a estrutura, os principais atores e instituições do SNCTI podem ser observados no Quadro 1. **Essa estrutura servirá de referência para a especificação dos principais atores do SMCT de Porto Velho.**

Quadro 1 - Principais instituições e atores do Sistema Nacional de CT&I

POLÍTICA GOVERNANÇA	ÓRGÃOS REGULADORES	FOMENTO SUPORTE	OPERADORES DE CT&I	SOCIEDADE
LEGISLATIVO	INPI	CNPQ	UNIDADES DE PESQUISA DO MCTI	ABC
Congresso Nacional	INMETRO	FINEP	UNIVERSIDADE E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	SBPC
Assembleias Estaduais	ANVISA	CAPES	INSTITUTOS DE CT&I FEDERAIS OU ESTADUAIS	CNI
EXECUTIVO	COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA CONEP/CNS	BNDES	INSTITUTOS PRIVADOS DE PESQUISA	CNA

<sup>48</sup> BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível no sítio: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Escritos-de-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

MCTI	CTNBIO	FAPs	INSTITUTOS NACIONAIS DE C&T (INCT)	MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO (MEI)
<b>OUTROS MINISTÉRIOS</b> (Educação, Saúde, Agricultura, Desenvolvimento Regional, Economia, Comunicações, Defesa, Relações Exteriores, etc.)	CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA	IPEA	PARQUES TECNOLÓGICOS	REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORES
<b>SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE CT&amp;I</b>	AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA NUCLEAR - ANSN	IBGE	INCUBADORAS DE EMPRESAS	OUTRAS REPRESENTAÇÕES SETORIAIS (EMPRESÁRIOS, TRABALHADORES E PESQUISADORES)
<b>CONSELHOS E COMITÊS</b>	OUTRAS AGÊNCIAS E COMITÊS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	EMBRAPII	EMPRESAS (Business Sector)	
CCT		RNP	<b>SETOR GOVERNO (GENERAL GOVERNMENT)</b>	
Câmara de Inovação		CGEE		
CONFAP		IBICTI	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS AO SERVIÇO DAS FAMÍLIAS - ISFLF</b>	
CONSECTI		SEBRAE	<b>FAMÍLIAS</b>	
		OUTROS BANCOS E AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL		

Fonte: MCTI/2022 - RELATÓRIO DE GESTÃO MCTI 2021; Manual de Oslo (2018). Adaptação própria.

No que se refere aos operadores do SNCTI, além das ICTs<sup>49</sup>, são discriminadas as empresas inovadoras, os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas (Quadro 1).

<sup>49</sup> Segundo a Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), as Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) são órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processo.

No entanto, na nova versão do Manual de Oslo (2018)<sup>50</sup>, os operadores do SNCTI vão além das empresas (*Business enterprise sector*). Segundo esse Manual, “innovation occurs in all of the **four broad sectors of an economy**, as defined by the United Nations’ (UN) **System of National Accounts (SNA)**:

- Business enterprises (referred to within the SNA as the corporate sector);
- General government;
- Households; and Nonprofit institutions serving households - NPISHs” (Oslo Manual, 2018, p. 44).

Esses novos setores foram incluídos no Quadro 1.

O Manual de Oslo (2018) especifica esses quatro setores como operadores de um SNCTI, da seguinte forma:

a. **Setor Empresarial**

No SNA, o setor Empresarial é composto de empresas que se dedicam à produção de bens e serviços voltada para o mercado. O setor das Empresarial inclui as empresas estatais (públicas ou sociedades de economia mista controladas pelo Poder Público) - Manual de Oslo, 2018, p. 51.

b. **Setor Governo**

O Setor Governo compreende as instituições que, além de cumprirem as suas responsabilidades políticas regulamentares, produzem bens e serviços para o consumo individual ou coletivo, em bases não mercantis.

O setor Governo inclui também as organizações sem fins lucrativos controladas pelo Poder Público (Oslo Manual, 2018, p. 51)<sup>51</sup>. As empresas estatais fazem parte do setor empresarial.

A principal diferença entre unidades do Setor Governo e empresas estatais é que essas unidades, em geral, não cobram “preços” economicamente significativos pelos seus bens ou serviços. (...) A gama de bens e serviços fornecidos pelo governo e os preços cobrados baseiam-se mais em considerações sociais do que na maximização de lucros, como é o caso das empresas. Isto influencia os tipos de inovações de produtos desenvolvidos por essas unidades e disponibilizados às famílias, organizações sem fins lucrativos ou ao Setor Empresarial. Muitas inovações no Setor Governo, embora recorram ou sejam semelhantes às inovações do Setor Empresarial, se referem a inovações nos serviços públicos que visam objetivos redistributivos ou relacionados com a oferta de serviços de consumo coletivo (Oslo Manual, 2018, p 60-61).

Inovações no Setor governo vem demandando pesquisas, motivadas, em parte, pela crescente procura de benchmarking da eficiência e de qualidade dos serviços públicos vis a vis à especificidade das clientelas de políticas públicas, inclusive no que se refere a aspectos regionais (Oslo Manual, 2018, p 60-61).

No Brasil, o tema de inovações no setor público ainda é pouco corrente. Nesse contexto, merece ser destacado o estudo de Camões et al (ENAP, 2017)<sup>52</sup>, voltado para a análise de tendências e casos de inovação no setor público brasileiro. Esses pesquisadores do IPEA fazem um balanço da “Inovação na gestão pública federal: 20 anos do Prêmio Inovação”

<sup>50</sup> OSLO Manual 2018: guidelines for collecting and interpreting innovation data. 4th Edition. Disponível no sítio: [https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual-2018\\_9789264304604-en](https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual-2018_9789264304604-en).

<sup>51</sup> O "setor público" é um conceito mais amplo do que o setor do Governo. Inclui todas as instituições controladas pelo Poder Público, inclusive as empresas estatais (Manual de Oslo, 2018, p. 51).

<sup>52</sup> Informações disponíveis no sítio: <http://igovsp.net/sp/a-rede/>.

e resumizam os resultados dos principais estudos acadêmicos e profissionais que foram realizados tendo como referência o banco de dados produzido pelo Concurso Inovação da Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Apresentam, também, “uma ‘radiografia’ dos 20 anos do prêmio, a partir das suas áreas temáticas e trajetórias de inovações observadas nas iniciativas candidatas e premiadas no decorrer de sua história, além de trazerem alguns exemplos emblemáticos da inovação como ferramenta propulsora de transformação em organizações públicas.”<sup>53</sup>

Uma experiência que também merece ser avaliada é a Rede Paulista de Inovação em Governo, um ambiente onde os funcionários do Governo de São Paulo podem compartilhar experiências inovadoras, voltadas para a melhoria da gestão pública e aprimoramento dos serviços prestados à população.

### c. Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias - ISFLF

Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias são entidades jurídicas que se dedicam principalmente à produção de serviços não mercantis para as famílias ou para a comunidade em geral, cujos recursos provêm de contribuições públicas ou privadas. Se forem controladas pelo Poder Público, fazem parte do Setor Governo. Se forem controladas por empresas, são pertinentes ao setor Empresarial (Manual de Oslo, p. 51). Instituições sem fins lucrativos (ISFL) produzem ou distribuem bens ou serviços, mas não geram lucros para as unidades que as controlam ou financiam. As ISFL que não fazem parte dos setores Governo ou Empresarial são classificadas como ISFLF.

Várias ISFLF / NPISHs procuram implementar "inovações sociais" (Box 1) definidas pelos seus objetivos (sociais) de melhorar o bem-estar dos indivíduos ou comunidades (Manual Oslo, 2018, p. 61).

#### Box 1

##### Inovações Sociais

O tema das inovações sociais é uma outra novidade abordada pelo Manual de Oslo (2018). Esse tipo de inovação “is defined by their (social) objectives to improve the welfare of individuals or communities” (Oslo Manual, 2018, p. 252).

O Guia para a Inovação Social (EU, 2013) define inovação social (*Social Innovation*) da seguinte forma:

“Inovações sociais podem ser definidas como o desenvolvimento e a implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos de negócios) com vistas a atender a necessidades sociais e criar novos padrões de relações sociais na comunidade. Ela representa novas respostas a demandas sociais que afetam o processo de interação social. As inovações sociais são sociais tanto em seus fins quanto em seus meios. São inovações que não são somente boas para a sociedade, mas que também aumentam a capacidade de ação dos indivíduos ou da comunidade.

Nauwelaers (s/d) considera que os resultados ou impactos das inovações sociais podem ser de dois tipos: (i) processos de transformação social; (ii) ou construção de capital social:

<sup>53</sup> CAMÕES, M.; SEVERO, W.; CAVALCANTE, P. Inovação na Gestão Pública Federal: 20 anos do Prêmio Inovação. (In) Inovação no setor público : teoria, tendências e casos no Brasil /organizadores: Pedro Cavalcante ... [et al.]. – Brasília : Enap : Ipea, 2017. Disponível no sítio:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31178](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178).

O resultado de uma inovação social pode ser resumido em dois termos: "transformação social" e "capital social". Primeiro, o resultado de uma inovação social relaciona-se com a melhoria do desafio social visado pela inovação: redução da pobreza, mitigação de impactos ambientais, maior inclusão social, integração de idosos na sociedade, etc. Segundo, uma vez que o processo de inovação social envolve a participação de muitos interessados e gera novas interações, ao mesmo tempo que dá poder aos atores envolvidos, o próprio processo, ao reforçar o capital social, é também um resultado.

a.

a. Fonte:

a. EUROPEAN COMMISSION (2013). Guide to social innovation. DG Regional and Urban Policy and DG Employment, Social affairs and Inclusion, 2013. Disponível no sítio: [https://ec.europa.eu/eip/ageing/library/guide-social-innovation\\_en.html](https://ec.europa.eu/eip/ageing/library/guide-social-innovation_en.html).

NAUWELAERS, Claire. Social innovation and smart specialisation strategies. Know Hub, INTERREG IVC, European Union, s/d. Disponível no sítio:

<http://www.know-hub.eu/knowledge-base/videos/social-innovation-and-smart-specialisation-strategies.html#references>.

No Brasil, várias ISFLF / NPISHs vem desenvolvendo um papel relevante no que se refere a iniciativas de inovações sociais.

A título de exemplo, podem ser citadas, as seguintes: a Fundação Banco do Brasil (Banco de Tecnologias Sociais)<sup>54</sup>; o Centro de Empreendedorismo da Amazônia, cujo um dos principais programa é o Amazônia UP<sup>55</sup>, um programa de pré-aceleração de modelos de negócios com foco em floresta, biodiversidade e uso do sol<sup>56</sup>; o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - IDESAN, com investimentos no empreendedorismo social e iniciativas em bioeconomia<sup>57</sup>; a Fundação Amazonas Sustentável - FAS, cuja agenda está relacionada à PD&I relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>58</sup>; o Instituto Tecnológico e Vocacional Avançado - ITEVA (CE), que desenvolve o Programa Midiacom (TIC), referente a modelos e metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem em formação profissional e organização produtiva;<sup>59</sup> e o Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS (RJ), cuja missão "é assegurar que o Brasil e o Sul Global respondam de maneira criativa e apropriada às oportunidades

<sup>55</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://transforma.fbb.org.br/>.

<sup>56</sup> Informações disponíveis no sítio <https://amazoniaup.com.br/>.

<sup>57</sup> Informações disponíveis no sítio: <http://centroamazonia.org.br/programas/amazonia-up-2/>.

<sup>58</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://idesam.org/o-idesam/>.

<sup>59</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://fas-amazonas.org/sobreafas/>.

fornecidas pela tecnologia na era digital, e que seus potenciais benefícios sejam amplamente compartilhados pela sociedade.<sup>60</sup>

Além desses exemplos, é importante mencionar os estudos do IBGE sobre as “Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos - FASFIL” (2002, 2005, 2010 e 2016)<sup>61</sup>. Segundo o IBGE:

- o FASFIL é um estudo que tem como objetivo principal analisar a distribuição espacial e o **campo de atuação** das entidades associativas e fundações sem fins lucrativos no país. Esse estudo caracteriza o perfil dessas entidades **em relação à finalidade, idade, localização, emprego e remuneração**.
- Para a **definição das FASFIL** e com o objetivo de construção de estatísticas comparáveis internacionalmente, o IBGE recorreu à metodologia do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*, elaborado pela ONU, em 2002<sup>62</sup>. Nesse sentido, foram consideradas FASFIL as entidades sem fins lucrativos existentes no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (IBGE) e passíveis de serem enquadradas, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios: privadas; em fins lucrativos; institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e voluntárias.
- A classificação adotada pelo IBGE foi a **Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households** (NPISH), definida pela Divisão de Estatísticas da ONU<sup>63</sup>.

Uma das classificações das NPISH, segundo os seus objetivos, realizadas pelo FASFIL, se refere ao subgrupo “**Estudos e pesquisas**”. Este subgrupo compreende:

- Os centros de estudos e pesquisa em educação;
- As **atividades de pesquisas básicas**, trabalhos experimentais ou teóricos, desenvolvidas com o objetivo de obtenção de novos conhecimentos sobre causas de fenômenos ou efeitos observáveis, sem a previsão de sua aplicação ou uso determinado;
- As **atividades de pesquisa aplicada**, de natureza original com o objetivo de adquirir novos conhecimentos para uma determinada finalidade; e
- As **atividades de pesquisa experimental**, envolvendo pesquisas ou experiências com objetivo de criar ou aperfeiçoar materiais, produtos, dispositivos, processos, sistemas e serviços.<sup>64</sup>

Segundo o FASFIL, no subgrupo “**Estudos e pesquisas**”, existiam, em 2016, 1.315 unidades das Entidades sem Fins Lucrativos no Brasil, com um pessoal ocupado equivalente a 53.322 pessoas. Dessas unidades, 70 se localizavam na Região Norte, em grande parte nos estados do Amazonas (24) e Pará (25).

#### d. Famílias

<sup>60</sup> Informações disponíveis no sítio: <https://www.iteva.org.br/quemSomos>.

<sup>61</sup> IBGE. Conceitos e Métodos. Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos - 2016. Disponível no sítio: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/FP>.

<sup>62</sup> Disponível no sítio: [https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf\\_91e.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf).

<sup>63</sup> IBGE. Conceitos e Métodos. Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos - 2016. Disponível no sítio: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/FP>.

<sup>64</sup> As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil : 2016 / IBGE, Coordenação de Cadastro e Classificações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019, p. 89. Disponível no sítio:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-assocacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=publicacoes>.

No SNA, as principais funções das famílias são a oferta de mão-de-obra, o consumo final de bens e serviços e, como empreendedores, a produção de bens e serviços voltados para o mercado (Oslo Manual, 2018, p. 51).

As famílias podem desempenhar um papel relevante com vistas à inovação. Isto pode ocorrer fora da relação de emprego formal de seus membros, através do trabalho por conta própria ou em empreendimentos não constituídos formalmente. Podem também se beneficiar de incentivos à inovação por meio de políticas públicas, tais como compras governamentais, subvenções e financiamento direto, dentre outros meios.

Desenvolvimentos tecnológicos como a Internet, a impressão em 3-D e plataformas de *crowdfunding* podem potencialmente servir de base para as atividades inovativas das famílias. (...). *Understanding and managing the impact of innovation on individuals in their roles as employees, asset owners, and consumers is a policy priority* (Oslo Manual, 2018, p. 61-62).

Além disso, é possível enquadrar os empreendimentos de economia solidária nesse setor. Conforme a Lei Suplicy (Lei Municipal nº 17.587/2021, São Paulo/SP).

Segundo essa Lei, “os Empreendimentos Econômicos Solidários asseguram o direito ao trabalho associado e cooperativado, integrado às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais que visam à promoção de atividades econômicas autogestionárias e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços.”

Considera-se como “Economia Solidária as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base, dentre outros, os seguintes princípios: autogestão, cooperação e solidariedade, com garantia de adesão livre e voluntária; administração democrática e participativa, busca da inserção comunitária e garantia da soberania assemblear; estabelecimento de condições de trabalho decentes e distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente; desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, respeitando os ecossistemas e a conservação do meio ambiente; desenvolvimento das atividades em cooperação entre empreendimentos, fomentando-se a criação e a atuação em rede; prática de preços justos, de acordo com o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; e garantia de direitos e promoção dos direitos humanos nas relações, notadamente com equidade de direitos de gênero, geração, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero.”

No Brasil, várias unidades familiares e indivíduos (*households*), muitas vezes por conta própria e de maneira informal ou por meio de parcerias com ICT ou ISFLF / NPISHs, vem desenvolvendo um papel relevante no que se refere a iniciativas inovadoras, a exemplo de nichos como startups, gastronomia, alimentos e moda (economia criativa). Há indicativos de essas iniciativas aumentaram recentemente em decorrência da pandemia do Covid.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, em 2003, é um indicativo da importância do tema na agenda das políticas públicas. Em 2010, o Governo Federal, por meio Decreto nº 7.357/2010<sup>65</sup>, criou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC visando execução de ações voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de economia solidária. Oliveira et al (2018), no âmbito de uma avaliação desse programa, analisa “as incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais.”<sup>66</sup>

Essas considerações analíticas, formuladas com base nos conceitos estabelecidos pelo Manual de Oslo (2018), implica que devemos incorporar o Governo, as NPISH / ISFLF e

<sup>65</sup> Disponível no sítio: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm).

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Thais; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. Revista Tecnologia Sociedade, Curitiba, v. 14, n. 32, p. 38-59, Ed. Especial. 2018. Disponível no sítio:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7855/5074>.

Famílias como atores do SNCTI, com implicações não somente do ponto de vista econômico, mas também sociais.

Incorporar esses atores no SNCTI e ao SMCTI amplia não somente o seu escopo, mas também o das estratégias, políticas, planos e programas de CT&I. No geral, as políticas de CTI no Brasil se restringem às inovações empresariais (*Business sector*).

**Com vistas à estruturação do SMCTI e do API de Porto Velho é de fundamental importância a definição do marco legal que a oriente, ou seja, uma Lei Municipal de Inovação.**

A Lei Nacional de Inovação (Lei nº 10.973/2004)<sup>67</sup> é uma das principais referências para elaboração dessa lei. Outra referência é dada pela Lei Estadual nº 4.836/2020<sup>68</sup>, que visando apoiar, fortalecer e estimular a implantação de empreendimentos voltados à inovação e tecnologia em Rondônia, Instituiu a Rede Estadual de Incubadoras de Empresas do Estado de Rondônia (REI-RO), vinculada à Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (Sedi).

Além disso, a especificação da Lei de Inovação de Porto Velho terá também como referência leis de inovação de outros municípios brasileiros, a exemplo de Curitiba.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Disponível no sítio: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm).

<sup>68</sup> Disponível no sítio: <https://leisestaduais.com.br/ro/lei-ordinaria-n-5378-2022-rondonia-dispoe-sobre-a-inclusao-da-politica-educacional-do-emprededorismo-e-da-inovacao-na-grade-curricular-do-ensino-medio-da-rede-publica-estadual-de-ensino#:~:text=como%20atividades%20extracurriculares.-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>.

<sup>69</sup> Lei nº 15.324/2018. Disponível no sítio: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2018/1533/15324/lei-ordinaria-n-15324-2018-dispoe-sobre-incentivos-a-inovacao-e-a-pesquisa-cientifica-e-tecnologica-no-ambiente-produtivo-criacao-do-conselho-municipal-de-inovacao-e-da-outras-providencias-no-mbito-do-municipio-de-curitiba-conforme-o-disposto-na-lei-federal-n-10973-de-2-de-dezembro-de-2004-e-suas-alteracoes>.